BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

Formulário de Referência

Ano: 2026 Versão: 4

Sumário

BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

1. Atividades do emissor 03

2. Comentário dos diretores 04

3. Projeções 05

4. Fatores de risco 06

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 07

6. Controle e grupo econômico 08

7. Assembleia geral e administração 09

8. Remuneração dos administradores 10

9. Auditores 12

10. Recursos humanos 13

11. Transações com partes relacionadas 14

12. Capital social e Valores mobiliários 15

13. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 17

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 19

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 22

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 23

1.5 Principais clientes 24

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 25

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 26

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 27

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 28

1.10 Informações de sociedade de economia mista 31

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 32

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 33

1.13 Acordos de acionistas 34

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 35

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 36

1.16 Outras informações relevantes 37

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 38

2.2 Resultados operacional e financeiro 46

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 48

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 49

2.5 Medições não contábeis 50

2.6 Eventos subsequentes as DFs 51

2.7 Destinação de resultados 52

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 54

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 55

2.10 Planos de negócios 56

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 57

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 58

3.2 Acompanhamento das projeções 59

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 60

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 69

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 70

4.4 Processos não sigilosos relevantes 71

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 72

4.6 Processos sigilosos relevantes 73

4.7 Outras contingências relevantes 74

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 75

5.2 Descrição dos controles internos 76

5.3 Programa de integridade 77

5.4 Alterações significativas 81

5.5 Outras informações relevantes 82

Índice

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 83

6.3 Distribuição de capital 115

6.4 Participação em sociedades 116

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 117

6.6 Outras informações relevantes 121

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 122

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 123

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 124

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 125

7.4 Composição dos comitês 137

7.5 Relações familiares 138

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 139

7.7 Acordos/seguros de administradores 140

7.8 Outras informações relevantes 141

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 142

8.2 Remuneração total por órgão 143

8.3 Remuneração variável 147

8.4 Plano de remuneração baseado em ações 148

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 149

8.6 Outorga de opções de compra de ações 150

8.7 Opções em aberto 151

8.8 Opções exercidas e ações entregues 152

8.9 Diluição potencial por outorga de ações 153

8.10 Outorga de ações 154

8.11 Ações entregues 155

8.12 Precificação das ações/opções 156

8.13 Participações detidas por órgão 157

8.14 Planos de previdência 158

8.15 Remuneração mínima, média e máxima 159

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 160

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 161

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 162

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 163

8.20 Outras informações relevantes 165

Índice

9. Auditores

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 166

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 167

9.4 Outras informações relevantes 168

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 169

10.1 Descrição dos recursos humanos 171

10.2 Alterações relevantes 172

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 173

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 174

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 175

10.5 Outras informações relevantes 176

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 177

11.2 Transações com partes relacionadas 178

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 188

11.3 Outras informações relevantes 191

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 192

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 193

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 194

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 206

12.5 Mercados de negociação no Brasil 207

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 208

12.7 Títulos emitidos no exterior 209

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 210

12.9 Outras informações relevantes 211

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 212

13.1 Declaração do diretor presidente 213

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 214

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a 215

1.1. DESCREVER SUMARIAMENTE O HISTÓRICO DO EMISSOR

Origem e Evolução da Sertrading:

A BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. ("Companhia" ou "Sertrading"), originalmente constituída como sociedade limitada denominada Sertrading (BR) Ltda., foi fundada no final de 2000 e iniciou suas operações em 2001, estabelecendo um marco significativo ao assinar seu primeiro contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para o gerenciamento de suas operações de importação.

Em 2002, a Sertrading expandiu seu portfólio de atuação ao fundar a Serlac Trading S.A. ("Serlac"), uma joint venture com a Itambé dedicada à exportação de produtos lácteos. Nesse mesmo ano, iniciou operações de importação no Espírito Santo, aproveitando o benefício fiscal do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias - Fundap para impulsionar os negócios e fomentar o desenvolvimento regional.

Em 2004, a Serlac se consolidou como agente relevante no setor de lácteos, representando, aproximadamente, 33% das exportações de lácteos do Brasil e integrando a Câmara Setorial de Produtos Lácteos do Ministério da Agricultura.

A expansão internacional da Sertrading começou em 2006 com a abertura de uma subsidiária em Shenzhen, China, visando a fortalecer sua presença no comércio internacional. Em 2007, a Sertrading superou a marca de R$ 277 milhões em faturamento, representando, à época, crescimento de 164% em relação ao ano anterior.

Em 2010, a Sertrading diversificou suas operações ao entrar no mercado de importação e distribuição de máquinas e equipamentos para a construção civil.

A consolidação da Sertrading no setor de importação de aeronaves executivas ocorreu em 2010, aproveitando a recuperação do mercado de aviação executiva. Em 2011, a Sertrading fez uma movimentação estratégica ao firmar um acordo com o Banco Indusval Multistock e adquirir a Vastera, expandindo sua atuação na plataforma de comércio exterior.

Com a introdução da Resolução do Senado Federal nº 13, de 2012, e as respectivas mudanças tributárias associadas, a Sertrading ajustou sua estratégia para focar na prestação de serviços e operações terceirizadas em comércio exterior, reforçando seu compromisso com gestão e excelência operacional.

Em 2014, a Sertrading encerrou suas operações com a Serlac e, em 2016, focou exclusivamente no gerenciamento de operações de comércio exterior, consolidando sua expertise na importação de mercadorias para clientes.

O ano de 2017 foi marcado pela saída do Banco Indusval do seu quadro de sócios e pela aprovação da Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017 que regulamentou a convalidação dos incentivos fiscais, reforçando a solidez do modelo de negócios da Companhia.

A Sertrading continuou sua trajetória de crescimento em 2018, ampliando seu volume de operações no comércio internacional, de forma que, em 2020, com um volume de operações de mais de R$ 11 bilhões de reais, os então executivos da sociedade adquiriram as cotas dos investidores não ativos, iniciando um modelo de *partnership* que perdurou por 4 anos. Em 2021, a Sertrading também passou a atuar nas importações para os setores farmacêutico e automotivo.

Histórico da ECTP:

A Engelhart CTP (Brasil) S.A. ("ECTP Brasil") foi constituída em 2011, sendo parte importante do plano do Grupo BTG Pactual de ampliar a atuação e gama de serviços disponíveis através da *expertise* do Banco BTG adquirida ao longo de décadas no mercado financeiro em resposta ao aumento na demanda de um dos setores mais importantes da economia brasileira, o de *commodities*.

Com início da operação em 2013, o negócio de *commodities* explorado por meio da ECTP Brasil logo ganhou capilaridade e tração. No mesmo ano, visando expandir a capacidade de sua plataforma operacional nos mercados de *commodities*, o BTG Pactual deu início ao pedido de constituição da estrutura societária para implementação de suas atividades de *commodities*, para estabelecer uma plataforma física de comercialização de *commodities*, global e diversificada, tanto por local, quanto por produto, com o objetivo de geração de grandes retornos, independentes da variação do preço das *commodities* , focando em *commodities* que pudessem ser objeto de operações de *hedge* (proteção) nos mercados de futuros ou de balcão organizado.

Em junho de 2013, foi autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a constituição, pelo BTG Pactual, de onze sociedades em diversas jurisdições das Américas, Europa e Ásia dentro do escopo do projeto de *commodities* pelo Grupo BTG Pactual, quais sejam: (i) BTG Pactual Commodities Holding (UK); e a BTG Pactual Commodities (UK), na Inglaterra; (ii) BTG Pactual Commodities (Switzerland), na Suíça; (iii) BTG Pactual Commodities Holding (US), BTG Pactual Commodities (US) e a BTG Pactual Energy (US), nos Estados Unidos; (iv) BTG Pactual Commodities

(Singapore), em Cingapura; (v) BTG Pactual Commodities (Argentina), na Argentina; (vi) BTG Pactual Commodities (China), na China; (vii) BTG Pactual Commodities (South Africa), na África do Sul, além da BTG Pactual Commodities (Brazil), no Brasil.

Dando continuidade ao processo de desenvolvimento e expansão de sua plataforma global de *commodities*, o Grupo BTG Pactual deu vazão a tal expansão através de diversos pedidos de constituição de participação acionária, com o intuito de continuar a aumentar a capacidade de sua plataforma operacional nos mercados de *commodities*, tornando-a mais diversificada, tanto por região, quanto por produto. Naquela ocasião, o Grupo BTG Pactual evidenciou a sinergia das atividades de *commodities* com a atuação do Grupo BTG Pactual na área de *Sales & Trading* e com as atividades de tesouraria, bem como com a completa integração dessa plataforma no ambiente de controles do Banco BTG Pactual.

No ano de 2016, criou-se a marca *Engelhart Commodities Trading Partners*, um *rebranding* para que a operação tivesse maior alcance internacional, que viria a culminar na alteração da denominação social de várias companhias do grupo voltadas a esta atividade - incluindo a ECTP Brasil, anteriormente denominada BTG Pactual Commodities S.A.. Em função de seu crescimento, optou-se pela reestruturação societária desta operação, originalmente como uma entidade irmã do Banco BTG Pactual, mas ainda parte do mesmo grupo econômico e com mesmo conjunto de sócios majoritários finais. A nova estrutura permitiu o desenvolvimento de uma governança mais direcionada para o negócio de *commodities* e o desenvolvimento de sua identidade como comercializadora internacional de *commodities*.

Com o amadurecimento da comercialização das principais *commodities* agrícolas da operação, foi identificado que a Companhia tinha possibilidades adicionais de expansão da sua atuação através de ajustes no seu plano de negócio para o setor e de sinergias com o Banco BTG Pactual. Essa oportunidade traduziu-se em um retorno estratégico da Companhia para dentro da estrutura societária do Banco BTG Pactual ao final do ano de 2021.

Ressalta-se que, em junho de 2023, os acionistas originais da Companhia (BTG Pactual Holdco Lux S.A. e BTG Pactual Holding Internacional S.A.) celebraram entre si contratos para a transferência integral das ações de emissão da Companhia ao Banco BTG Pactual S.A., que passou a ser, desde então, o único acionista e controlador da ECTP Brasil.

Integração e estrutura atual:

Em setembro de 2024, a Sertrading foi transformada em sociedade anônima e passou a ser denominada BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. Em outubro de 2024, a ECTP Brasil, uma sociedade do Grupo BTG Pactual com foco em linha de negócios voltado para commodities agrícolas, adquiriu, aproximadamente, 94% do capital social da Sertrading.

Por meio da aquisição da Sertrading, o Grupo BTG Pactual visou ofertar a sua base de clientes, os serviços especializados da Sertrading no setor de importação de bens, assim como, por outro lado, disponibilizar seus produtos financeiros aos clientes da Sertrading.

Em 13 de novembro de 2024, a Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria “B”. Em 31 de janeiro de 2025, a CVM autorizou o registro de emissora da Companhia.

Em 30 de abril de 2025, a Companhia celebrou documentos para a incorporação reversa de sua controladora, ECTP Brasil, passando, então, a ser detida integralmente pelo Banco BTG Pactual S.A. (“Banco BTG” ou “BTG Pactual”) (“Incorporação ECTP”).

Com o objetivo de verticalização das suas atividades, em 30 de abril de 2025, a Companhia arrematou, em leilão público, o direito de arrendamento da área portuária PAR14, localizada nos portos de Paranaguá e Antonina, no Paraná. O valor de outorga foi de R$ 225.000.000,00, sendo 25% pago previamente à celebração do contrato e o saldo remanescente dividido em cinco parcelas anuais. A conclusão da transação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção das aprovações regulatórias aplicáveis.

Essa iniciativa marca a entrada da Companhia no setor portuário, ampliando sua atuação estratégica na infraestrutura logística nacional.

Atualmente, a Companhia é reconhecida como uma das maiores tradings do país. A Sertrading movimenta aproximadamente R$ 29 bilhões por ano, mantém parcerias estratégicas com diversos segmentos da economia e exerce papel relevante na cadeia de distribuição de diferentes setores. Suas atividades concentram-se, principalmente, na importação de mercadorias e na comercialização de insumos agropecuários, com foco em eficiência operacional, inovação em processos e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

1.2. DESCREVER SUMARIAMENTE AS ATIVIDADES PRINCIPAIS DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

A Sertrading é uma empresa especializada em operações de commodities agrícolas e comércio exterior, com foco em importação de mercadorias e na comercialização de insumos agropecuários.

Comércio Exterior

As atividades da Sertrading incluem, principalmente, as operações de importação por encomenda, importação por conta e ordem de terceiros, e a prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro relacionados ao processo de importação (*Business Process Outsourcing*). Mais especificamente, a Sertrading atua como intermediária entre fornecedores estrangeiros e empresas interessadas em adquirir as mercadorias, oferecendo uma ampla gama de serviços, que inclui gestão operacional, inteligência tributária, planejamento logístico, soluções financeiras, automação e tecnologia.

Os principais modelos de operação da Sertrading podem ser resumidos da seguinte forma:

Importação Indireta. A Companhia atua como responsável pela importação de mercadorias adquiridas do exterior diretamente pelos seus clientes, podendo ocorrer no modelo de (a) importação por encomenda; ou (b) importação por conta e ordem.

Importação por Encomenda[1]. Nesse modelo, a Companhia é contratada para adquirir a mercadoria no exterior, realizar a importação em nome próprio e revender os produtos nacionalizados aos solicitantes, também denominados encomendantes.

Figura 1. Modelo de Importação por Encomenda



[1] As operações de importação indireta são regulamentadas pela Receita Federal, por meio da Instrução Normativa nº 1.861 de 2018 https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/97727/visao/multivigente#1953613

Importação por Conta e Ordem. Nesse modelo, a empresa realiza a importação da mercadoria adquirida no exterior em benefício do contratante, denominado adquirente.

Figura 2. Modelo de Importação por Conta e Ordem



BPO (*Business Process Outsourcing*). BPO representa a terceirização da cadeia estratégica de um processo de importação, proporcionando a diminuição de custos e o aumento da eficiência nos negócios dos clientes. Nesse modelo, a Companhia desempenha o papel de planejar estrategicamente uma atividade de importação, assumindo integralmente a gestão dos processos em nome do cliente, envolvendo desde a aquisição da mercadoria até o processo de importação em si.

Figura 3. Modelo de BPO



Nos modelos elencados acima, a Sertrading realiza operações de importação para diversos segmentos, como aviação executiva, automotivo, farmacêutico, máquinas e equipamentos, alimentação e bebidas, químicos e petroquímicos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, tecnologia, roupas e acessórios, metais, médico-hospitalar, energia, segurança, mobilidade urbana, construção civil e higienização.

Commodities Agrícolas

As atividades da Sertrading também abrangem os negócios voltados para commodities agrícolas, com ampla e diversificada atuação e gama de serviços disponíveis no mercado de commodities.

É possível afirmar que o núcleo das operações regulares da Companhia compreende as seguintes principais etapas e atividades:

i. a compra de commodities agrícolas no mercado doméstico, para posterior comercialização no mercado doméstico ou, predominantemente, no mercado internacional;

ii. o carregamento dos produtos, notadamente por meio rodoviário, ferroviário ou hidroviário até o respectivo armazém ou terminal portuário contratado pela Companhia, conforme o caso;

iii. a classificação da qualidade dos produtos ao chegarem no respectivo armazém ou terminal portuário contratado pela Companhia – observado que, nessa etapa, a depender do resultado da classificação da qualidade dos produtos, a respectiva carga pode ser devolvida aos vendedores ou, se atender aos parâmetros de qualidade, segue para armazenagem e subsequente embarque até o seu destino, seja no mercado doméstico seja para exportação;

iv. nos casos de venda para o mercado doméstico, a depender da forma de contratação, os compradores podem retirar os produtos no armazém indicado pela Companhia ou a Companhia entrega os produtos no local indicado pelo comprador, conforme o frete contratado; e

v. nos casos de exportação, os produtos são vendidos para a trading de commodities do Grupo BTG Pactual na Suíça – a BTG Pactual Commodities (CH) S.A., que por sua vez celebra contratos de venda dos produtos com os compradores finais, especialmente na Europa e Ásia. Vale destacar ainda que, nos casos de exportação, via de regra os produtos permanecem armazenados no terminal portuário e, conforme os navios atracam, são carregados e seguem todo o trâmite aplicável ao processo de exportação, inclusive quanto à emissão de documentos e teste adicionais pertinentes.

As principais commodities agrícolas adquiridas e comercializadas pela Companhia são soja, milho e açúcar, as quais são adquiridas junto a produtores rurais, cerealistas e cooperativas nos estados do território brasileiro com relevante produção, dentre os quais Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Tocantins, Pará, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo e Maranhão, em que, a Companhia possui escritórios físicos.

Vale destacar que as aquisições de commodities seguem um planejamento estabelecido anualmente pela Companhia a partir de análise da volatilidade do mercado e da capacidade logística para atender a demanda observada junto ao mercado. Ressalta-se que, como o planejamento é feito no início de cada ano, está sujeito a alterações em caso de modificações nas premissas adotadas ou diante de intercorrências, como quando ocorre uma quebra de safra e não há quantidade de produto suficiente no mercado para exportação ou comercialização doméstica.

Os fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, especialmente produtores rurais, cerealistas e cooperativas, podem ser alcançados tanto de forma direta quanto de forma indireta pela Companhia. O relacionamento direto é realizado especialmente por meio dos contatos mantidos por colaboradores da Companhia localizados nos estados do Brasil em que a Companhia possui escritórios físicos e onde há relevante produção. O relacionamento indireto, por sua vez, contempla também contatos mantidos por meio de corretores que são utilizados pela Companhia para alcançar produtores rurais, cerealistas e cooperativas.

A Companhia destaca que não possui uma relação contratual de fidelidade junto a seus fornecedores. Via de regra, os contratos da Companhia são celebrados no formato “spot” em que a Companhia apresenta os preços e, caso as partes estejam de acordo, o negócio é celebrado. Naturalmente, destaca-se que, especialmente pelo histórico de bom relacionamento comercial, determinados produtores, cerealistas e cooperativas firmam contratos com a Companhia de forma mais frequente, mas não há contratos ou obrigações de fidelidade nas tratativas junto a fornecedores da Companhia.

Além da comercialização de commodities, outras vertentes importantes das atividades desenvolvidas pela Companhia são: (i) a revenda de fertilizantes no mercado interno, cujo maior volume está concentrado no estado do Rio Grande do Sul, onde os produtos são adquiridos e revendidos dentro do mesmo estado; e (ii) a industrialização de produtos derivados de soja, como o óleo degomado e o farelo, sendo a atividade industrial desenvolvida nos estados do Mato Grosso e Paraná, e os produtos são vendidos no mercado interno, como insumo para abastecer a indústria de biodiesel e alimentação animal, bem como no mercado externo.

Quanto à estrutura logística da Companhia, nota-se que todo volume adquirido ou industrializado no território brasileiro é transportado via modais rodoviários, hidroviários e ferroviários, a depender da malha logística utilizada, levando em consideração a localização de origem e destino da mercadoria. No caso de mercadorias destinadas para exportação, equivalente a aproximadamente 90% do volume comercializado, são enviadas aos portos nacionais, especializados na exportação de grãos, em especial Porto de Santos/SP, Porto de Paranaguá/PR, Porto de Imbituba/SC, Porto de Rio Grande/RS e Porto de Barcarena/PA, onde ficam depositadas em armazéns alfandegados até o momento da efetiva remessa para o destinatário no exterior.

Importante mencionar que, embora determinadas atividades logísticas continuem sendo executadas por parceiros especializados e terceiros contratados, a Companhia passou a internalizar parte relevante de sua estrutura logística, especialmente no que se refere às operações portuárias, em linha com sua estratégia de integração vertical e ganho de eficiência operacional.

Por fim, a Companhia nota ainda que, no curso normal de suas operações, também negocia contratos de derivativos para a venda de mercadorias físicas e ativos derivativos referentes a produtos agrícolas. Tais contratos são negociados pela Companhia na CBOT – Chicago Board of Trade (Bolsa de Chicago), na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e na ICE - Intercontinental Exchange.

1.3. INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS SEGUINTES OPERACIONAIS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

1.4. PRODUÇÃO / COMERCIALIZAÇÃO / MERCADOS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

1.5. PRINCIPAIS CLIENTES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

1.6. DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR, COMENTANDO ESPECIFICAMENTE

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não foram efetuadas contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas.

1.7. RECEITAS RELEVANTES NO PAÍS SEDE DO EMISSOR E NO EXTERIOR

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

1.8. EFEITOS RELEVANTES DE REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

1.9. EM RELAÇÃO A INFORMAÇÕES AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG), INDICAR

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

O BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. divulga suas iniciativas ESG publicamente em documento disponível no seu website:

O BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. é controlado pelo Banco BTG Pactual, o qual possui uma série de iniciativas publicadas por meio do Relatório Anual. Na página web do BTG Pactual, é possível encontrar o documento, além de políticas que reforçam as diretrizes e integração ESG no Banco.

Página ESG & Impact Investing: https://institucional.btgpactual.com/esg-e-impact-investing

Relatório Anual: https://relatorioanual.btgpactual.com/

b. metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual divulgado pelo Banco BTG Pactual, elaborado e publicado anualmente, segue as principais metodologias e recomendações mundiais para reporte. O documento é elaborado em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), International Integrated Reporting Council (IIRC), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e Task Force on Nature-related Financial Disclosures (TNFD). Além disso, pelo segundo ano consecutivo, foram incorporados determinados requisitos de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (IFRS S1) e ao clima (IFRS S2), com base nas normas do International Sustainability Standards Board (ISSB), apresentadas em 2023. Fortalecendo assim o compromisso com a transparência e evolução.

O documento divulgado pela Companhia sobre suas iniciativas de sustentabilidade não segue padrão ou metodologia específica internacional.

O documento encontra-se disponível em https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações de ESG da Companhia são certificadas anualmente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., incluindo. o Relatório Anual e o inventário de gases de efeito estufa do Banco BTG Pactual.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

A Companhia divulga as suas informações ESG em documento específico, disponível em: https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas

As informações do Banco BTG Pactual podem ser encontradas nos seguintes sites:

Página ESG & Impact Investing / Download de Documentos / Relatórios Anuais: https:// www.btgpactual.com/esg-e-impact- investing/esg-documentos

Página BTG Pactual RI: http://ri.btgpactual.com/principais-informacoes/relatorios-anuais/

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O Banco BTG Pactual, controlador da BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., realiza anualmente o processo de Dupla Materialidade, o qual visa mapear os impactos de uma organização na sociedade e no meio ambiente, bem como avaliar os riscos e oportunidades de questões ambientais, sociais e de governança (ESG) sobre o desempenho financeiro. Em 2025, a lista inicial de temas materiais foi construída a partir da análise de aspectos internos e externos, com base em referências como a GRI, ratings ESG e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE). Foram identificados 20 temas, agrupados em três categorias: Meio Ambiente, Social e Governança/Modelos de Negócios. Após consulta a stakeholders e validação pela gestão sênior, a materialidade final para 2025 incluiu 7temas, entre eles:

• Estratégia Climática e de Natureza

• Impactos Socioambientais do Negócios

• Gestão estratégica de pessoas

• Engajamento com clientes

• Contribuição Social, Educação e Cultura

• Governança Corporativa

• Gestão de Riscos

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

No website da Sertrading (https://www.sertrading.com/quem-somos/esg/nossas-iniciativas) estão relacionadas as iniciativas BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Os programas desenvolvidos e impulsionados pelo BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., conforme descrito no documento com suas iniciativas, consideram os seguintes ODS:

• ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável;

• ODS 3 - Saúde e Bem- estar;

• ODS 4 - Educação de Qualidade;

• ODS 6 - Água Potável e Saneamento;

• ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico;

• ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura;

• ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis;

• ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis;

• ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes;

• ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não há referências expressas às recomendações do TCFD dentre as iniciativas ESG do BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

O Relatório Anual do Banco BTG Pactual considera as recomendações de reporte do Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

O BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. não realiza o inventário de gases de efeito estufa. O Banco BTG Pactual, controlador do BTG Pactual Commodities Sertrading S.A., realiza anualmente o inventário de gases de efeito estufa cobrindo os três escopos conforme especificações de verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol; GHG Corporate Protocol - PBGHGP - Fundação Getúlio Vargas; World Resources Institute (FGV/ GVces; WRI, 2011); Norma NBR ISO 14064 - Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2007 (ABNT, 2007); Diretrizes publicadas pelo Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC, 2006); IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories. As informações do inventário podem ser encontradas no relatório anual do banco.

Relatório Anual: http://ri.btgpactual.com/principais-informacoes/relatorios-anuais

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia não elabora inventário próprio de emissões de gases de efeito estufa, uma vez que suas atividades estão abrangidas pelo inventário anual de emissões elaborado pelo Banco BTG Pactual, controlador da Companhia, o qual contempla os três escopos de emissões e segue metodologias reconhecidas internacionalmente.

1.10. INFORMAÇÕES DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA:

(a) interesse público que justificou sua criação;

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a";

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos - geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições;

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas;

(iv) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

1.11. INDICAR A AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE QUALQUER ATIVO RELEVANTE QUE NÃO SE ENQUADRE COMO OPERAÇÃO NORMAL NOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

1.12. INDICAR OPERAÇÕES DE FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, INCORPORAÇÃO DE AÇÕES, AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL ENVOLVENDO O EMISSOR E OS DOCUMENTOS EM QUE INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS POSSAM SER ENCONTRADAS

Não houve operações de fusão, cisão, redução de capital envolvendo a Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

Abaixo são indicadas as operações de aumento de capital e de incorporação da Companhia realizadas no exercício social de 2025. Informações mais detalhadas sobre os respectivos aumentos de capital e demais operações societárias podem ser encontradas nos documentos "Assembleias", disponíveis na página de relações com investidores da Companhia em https://www.sertrading.com/investidores:

AGE - 30 de abril de 2025

Aumento de Capital AFAC: Em 30 de abril de 2025, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital da Companhia, celebrado em 1º de abril de 2025 entre a Companhia e sua única acionista Engelhart CTP (Brasil) S.A. ("ECTP"), no montante total de R$ 1.800.000.000,00 dos quais: (i) R$ 180.000.000,00 foram destinados à conta de capital social da Companhia; e (ii) R$ 1.620.000.000,00 foram destinados à conta de reserva de capital da Companhia.

No âmbito do aumento de capital foram emitidas 1.800.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, com preço de emissão de R$ 1,00 por ação, levando em consideração os critérios previstos no artigo 170, § 1º, da Lei das S.A.

Incorporação ECTP: Em 30 de abril de 2025, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação reversa da ECTP pela Companhia ("Incorporação ECTP"), de forma que com a conclusão da Incorporação ECTP a ECTP foi extinta e a Companhia sucedeu a ECTP, a título universal, em todos os direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, dívidas, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da ECTP, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A.

A Incorporação ECTP acarretou a extinção de 10.800.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da ECTP ("Ações Extintas"). Em decorrência da Incorporação ECTP, as Ações Extintas foram substituídas por novas ações de emissão da Companhia subscritas pelo Banco BTG Pactual S.A. ("Banco BTG"), único acionista da ECTP.

Em troca das Ações Extintas, a Incorporação ECTP foi realizada com: (i) a emissão pela Companhia de 5.031.807.172 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao Banco BTG, único acionista da ECTP, em substituição às ações detidas pela ECTP no capital da Companhia as quais foram canceladas em decorrência da Incorporação ECTP; e (ii) a subscrição, pelo Banco BTG, de novas 5.031.807.172 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram integralizadas pelo Banco BTG mediante a versão do Acervo Líquido ("Novas Ações"), pelo preço de R$ 1,00 por ação, calculado nos termos do art. 170, §1º, inciso II, da Lei das S.A.

Assim, em decorrência do Aumento de Capital AFAC e da Incorporação ECTP, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, passou a ser de R$ 1.117.659.462,22 dividido em 11.046.094.622 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

AGE - 28 de fevereiro de 2025

Incorporação Serglobal Participações**:** Em 28 de fevereiro de 2025, foi aprovada em sede de Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Serglobal Participações Ltda. pela Companhia ("Incorporação Serglobal"), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado na mesma data entre as sociedades.

A Incorporação Serglobal foi realizada com base no laudo de avaliação do acervo líquido da Serglobal Participações, elaborado pela RSM Acal Auditores Independentes S/S, empresa especializada em avaliações, com base no balanço patrimonial levantado em 31 de janeiro de 2025, o qual indicou valor contábil de R$ 39.161.078,68.

Nos termos dos artigos 224 a 227 da Lei das S.A., a Incorporação Serglobal foi aprovada sem ressalvas e não acarretou aumento de capital da Companhia, tampouco emissão de novas ações, uma vez que o acervo líquido incorporado foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia.

1.13. INDICAR A CELEBRAÇÃO, EXTINÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ACORDOS DE ACIONISTAS E OS DOCUMENTOS EM QUE INFORMAÇÕES MAIS DETALHADAS POSSAM SER ENCONTRADAS

Atualmente não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

1.14. INDICAR ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA FORMA DE CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS DO EMISSOR

Não aplicável.

1.15. IDENTIFICAR OS CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS NÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM SUAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A Companhia informa que não houve contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social e no exercício social corrente.

1.16. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não aplicável.

2.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia atua na comercialização física e de derivativos financeiros relacionados a diversas commodities, com corporações nacionais e estrangeiras, instituições financeiras, produtores e usuários finais, realiza operações de importação de mercadorias, por conta e ordem de terceiros ou por encomenda, exportação de quaisquer produtos e a prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro, mantendo um rigoroso controle sobre suas condições financeiras e patrimoniais, com foco na sustentabilidade de suas operações e na maximização de valor para seus acionistas. Abaixo segue uma análise detalhada das condições financeiras e patrimoniais da Companhia, com base em indicadores de liquidez e endividamento:

Indicadores de liquidez

Os indicadores de liquidez da Companhia demonstram sua capacidade de honrar compromissos de curto prazo, refletindo a solidez de sua gestão financeira. Os principais indicadores analisados são:

Liquidez corrente: A relação entre o ativo circulante e o passivo circulante tem se mantido em níveis adequados, acima de 1,0 para o período de março de 2026 e para os exercícios de 2025, 2024, conforme demonstra a tabela abaixo, o que indica que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. As variações da tabela abaixo são explicadas em decorrência das obrigações de curto prazo, em razão da reclassificação de parcelas de empréstimos com vencimento previsto para o próximo exercício social. Apesar desse movimento, os índices permaneceram em patamares elevados, evidenciando a manutenção de uma confortável capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e solidez da posição financeira da Companhia. . Esse resultado evidencia uma política conservadora na gestão do capital de giro, garantindo margem de segurança contra eventuais flutuações de mercado.

Liquidez seca: A liquidez seca indica a relação entre o ativo circulante, excluídos os estoques, e o passivo circulante. Nota-se que, mesmo excluindo os estoques do ativo circulante, a Companhia apresenta uma liquidez seca compatível com sua atividade de realizar importações por encomenda prévia de seus clientes, o que significa que todo seu estoque já se encontra previamente e contratualmente vendido, mesmo antes do embarque no exterior. Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou índice de liquidez seca superior a 2,50x, comparado a acima de 3,00 em 31 de dezembro de 2025 e acima de 1,00x em 2024, indicando a evolução da solidez financeira da Companhia. Essa variação decorre da dinâmica operacional e financeira da Companhia durante o período, incluindo a redução dos estoques e mudanças na composição das obrigações de curto prazo. Ainda assim, o índice manteve-se em níveis elevados, reforçando a solidez da posição financeira e a adequada gestão dos recursos. A Companhia ressalta que as mercadorias em estoque já estão encomendadas, de modo que não há risco de liquidez no estoque, apenas risco de crédito dos encomendantes.

Índices de Liquidez	31.03.2026	2025	2024
Liquidez corrente	3,08	3,84	2,62
Liquidez seca	2,83	3,45	1,90

Indicadores de endividamento

Os indicadores de endividamento da Companhia revelam uma gestão prudente e equilibrada do uso de capital de terceiros, com foco em manter a alavancagem em níveis adequados. Os principais indicadores avaliados são:

Endividamento Geral: A relação entre o passivo total e o ativo total da Companhia tem se mantido em níveis controlados. Em 31 de março de 2026, o índice de endividamento geral inferior a 0,7x, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2025, também inferior a 0,7x, porém superior ao índice de 0,38x registrado em 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo. A elevação do endividamento geral em 2025 e 2026 é explicada principalmente devido a incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A. Esse nível de endividamento, para uma empresa do setor de *trading companies*, reflete uma política cautelosa, que visa minimizar riscos financeiros sem comprometer a capacidade de crescimento da Companhia.

Dívida Líquida/EBITDA: A relação entre dívida líquida e EBITDA em 31 de março de 2026 era negativo em 40,04x, em 31 de dezembro de 2025 negativo 28,25x e 31 de dezembro de 2024 era negativo 7,39x. A manutenção de índices negativos reflete uma posição financeira sólida da Companhia, com um nível de caixa e equivalentes de caixa, superior ao montante de sua dívida bruta. Essa posição decorre do aporte de capital realizado pelo novo controlador da Companhia e da incorporação, sendo estratégia da administração da Companhia manter uma reserva de liquidez que garanta flexibilidade operacional e suporte a investimentos futuros, bem como capacidade de enfrentar possíveis cenários adversos. Para mais informações sobre a incorporação vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

Dívida Líquida/PL: A relação entre dívida líquida e patrimônio líquido em 31 de março de 2026 foi de -0,48x, comparado a -0,60x em 31 de dezembro de 2025 e -0,62x em 2024, refletindo uma posição financeira sólida da Companhia, com um patrimônio líquido superior ao montante de sua dívida líquida. Essa posição decorre do aporte de capital realizado pelo novo controlador e incorporação, sendo estratégia da Companhia manter uma reserva de liquidez que garanta flexibilidade operacional e suporte a investimentos futuros, bem como a capacidade de enfrentar possíveis cenários adversos. Para mais informações sobre a incorporação vide item 1.12 deste Formulário de Referência.

Índices de Endividamento	31.03.2026	2025	2024
Endividamento geral	0,66	0,66	0,38
Dívida líquida / EBITDA	-40,04	-28,25	-7,39
Dívida líquida / PL	-0,48	-0,60	-0,62

O balanço patrimonial da Companhia reflete uma estrutura sólida, com ativos bem distribuídos entre ativos circulantes e não circulantes. O patrimônio líquido, representado pelo capital próprio, tem apresentado crescimento consistente, fruto da retenção de lucros e de seu reinvestimento nas operações da Companhia, bem como do aporte de capital realizado pelo novo controlador.

A composição dos ativos demonstra uma estratégia de investimento prudente, com uma significativa parcela de ativos líquidos que asseguram a flexibilidade financeira necessária para responder às demandas de um mercado em constante evolução. Os passivos, por sua vez, são gerenciados de forma a evitar a concentração excessiva de vencimentos em períodos curtos, o que contribui para a estabilidade financeira da Companhia.

b. estrutura de capital

Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a continuidade do negócio da entidade assim como oferecer o retorno esperado aos acionistas, trazer benefícios aos seus outros parceiros e assegurar estrutura de capital eficiente, a fim de gerenciar seu custo de capital. Os nossos diretores consideram que a Companhia possui gestão adequada de sua estrutura de capital e que seu patrimônio é adequado frente às suas obrigações de capital de curto e longo prazos.

Na tabela abaixo, consta a nossa estrutura de capital, em 31 de março de 2026, 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 e apresenta a abertura da nossa estrutura de capital entre capital próprio e capital de terceiros nas datas indicadas.

(em R$ mil, exceto %)	31.03.2026	2025	2024
(a) Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	12.461.348	12.193.015	4.380.538
(b) Capital de Terceiros (Passivo)	23.816.092	23.780.213	2.682.504
(c) Capital Total (Total passivo e PL)	36.277.440	35.973.228	7.063.042
Capital Próprio (a/c)	34,35%	33,89%	62,02%
Capital Terceiros (b/c)	65,65%	66,11%	37,98%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia mantém uma sólida estrutura financeira, o que permite à administração afirmar, conforme indicadores de liquidez apresentados no item 2.1 acima, que a Companhia possui recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros assumidos.

Em 31 de março de 2026, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizava R$ 814,9 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 827,1 milhões, e em 31 de dezembro de 2024 esse montante era de R$ 333,2 milhões. Os ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado (TVM) somavam R$ 20.113,7 milhões em 31 de março de 2026, comparados a R$ 21.781,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R$ 2.547,7 milhões em 31 de dezembro de 2024.

A administração da Companhia entende que os recursos disponíveis nas datas acima mencionadas foram suficientes para sustentar a manutenção e o crescimento das atividades da Companhia, bem como para o cumprimento de suas obrigações financeiras de curto prazo, considerando seu baixo nível de endividamento e elevada liquidez. A Companhia

também possui acesso a linhas de crédito junto às principais instituições financeiras, o que lhe confere flexibilidade para negociar condições de financiamento, caso necessário.

Adicionalmente, os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital e disponibilidade de caixa são adequadas para suportar suas obrigações atuais. Caso surjam necessidades adicionais de liquidez, a Companhia entende que possui capacidade para captar recursos de terceiros, conforme demanda.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31 de março de 2026, 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, as principais fontes de financiamento da Companhia consistiam em: (i) geração de caixa proveniente das atividades operacionais; (ii) aportes de capital realizados pela Engelhart CTP (Brasil), anteriormente à incorporação, quando esta era acionista da Companhia; e (iii) Incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A. Essas foram as principais origens dos recursos utilizados para financiamento do capital de giro necessário à condução das operações. Em 2024, foi realizado aumento de capital de R$ 242,0 milhões e AFAC de R$ 3.957,8 milhões. Em abril de 2025, foi realizado aumento de capital de R$ 1.800,0 milhões mediante conversão de AFAC, além da emissão de debêntures no valor de R$ 1.000,0 milhões.

No que se refere a investimentos em ativos não circulantes, a Companhia não possui, atualmente, financiamentos contratados para essa finalidade, mantendo tais ativos em níveis mínimos compatíveis com a natureza de suas atividades.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia considera que os recursos disponíveis, entre caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, são suficientes para suportar suas operações e os riscos financeiros associados. Nesse sentido, entende-se como improvável a necessidade de captação de recursos adicionais para cobertura de deficiências de liquidez no curto prazo.

Caso venha a ser necessário suprir eventuais necessidades adicionais de caixa, a Companhia pretende recorrer à captação de recursos junto a instituições financeiras com as quais mantém relacionamento ativo por meio de seu grupo econômico.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

As tabelas abaixo contemplam as dívidas relevantes da Companhia referentes aos períodos indicados, com suas principais características:

Contratos de empréstimos e financiamento em 31 de março de 2026

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R$)	Saldo em 31/03/2026	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	103% CDI	Sem garantias	850.000.000	874.599.371	15/01/2024	1095	15/01/2027
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	13,58%	Sem garantias	150.000.000	222.167.736	23/02/2023	1788	17/01/2028
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	102% CDI	Sem garantias	1.328.019.000	1.335.972.235	30/03/2023	1445	15/03/2027
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12,79%	Sem garantias	171.981.000	246.369.557	30/03/2023	1811	15/03/2028
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	101% CDI	Sem garantias	1.734.783.000	1.792.012.925	05/05/2023	2252	05/07/2029

Banco	Financiamento	Juros	Garantias	Principal (R$)	Saldo em 31/03/2026	Realização	Prazo (dias)	Vencimento
BTG PACTUAL	CRA- Certificado de Recebíveis do Agronegócio	12,06%	Sem garantias	265.217.000	368.299.279	05/05/2023	2252	05/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	101% CDI	Sem garantias	2.000.828.000	2.046.078.791	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB29 + 0,10%	Sem garantias	794.261.000	861.836.649	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/28 + 0,10%	Sem garantias	586.044.000	595.724.158	13/08/2024	1797	16/07/2029
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	102,5% CDI	Sem garantias	288.822.000	295.478.966	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB30 + 0,25%	Sem garantias	354.669.000	384.823.806	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/29 + 0,25%	Sem garantias	332.027.000	337.622.028	13/08/2024	2526	15/07/2031
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	104% CDI	Sem garantias	1.009.749.000	1.033.459.435	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	NTNB33 + 0,40%	Sem garantias	930.571.000	1.010.258.522	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	DI jan/30 + 0,40%	Sem garantias	2.203.029.000	2.200.526.853	13/08/2024	3624	17/07/2034
BTG PACTUAL	Debêntures	12,48%	Sem garantias	345.671.000	347.559.372	15/09/2025	3651	15/09/2035
BTG PACTUAL	Debêntures	IPCA + 6,72%	Sem garantias	469.921.000	481.969.066	15/09/2025	3651	15/09/2035
BTG PACTUAL	Debêntures	12,58%	Sem garantias	124.697.000	125.566.161	15/09/2025	5478	15/09/2040
BTG PACTUAL	Debêntures	IPCA + 6,47%	Sem garantias	58.774.000	60.295.500	15/09/2025	5478	15/09/2040
SAFRA	Finimp - Financiamento à importação	5,91%	Aval dos sócios	6.067.600	5.836.277	22/12/2025	181	22/06/2026
TOTAL				**14.007.273.812**	**14.626.457.416**			

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

No período encerrado em 31 de março de 2026 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Nenhum dos endividamentos da Companhia existentes, em 31 de março de 2026 e nos últimos 3 (três) exercícios sociais possuía cláusula específica contratual de subordinação.

Desta forma, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor, sendo que as dívidas com garantia real contam com preferências e prerrogativas previstas em lei.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia esclarece que determinados contratos de financiamento à importação celebrados com o Banco Safra preveem vedação à assunção de novas dívidas sem a prévia e expressa anuência do referido credor, ressalvados os empréstimos destinados à gestão ordinária dos negócios, à liquidação de dívidas existentes, ou contratados diretamente junto ao, ou com recursos provenientes do, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Fora essa restrição, não há outras limitações impostas à Companhia em seus contratos de empréstimo e financiamento quanto à contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos ou emissão de valores mobiliários. A Companhia também informa que, para a incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A., foram obtidas as anuências dos credores aplicáveis.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica, dado que a Companhia não fez financiamentos de projetos de longo prazo, para 31 de março de 2026 e para os 3 (três) últimos exercícios sociais.

h.alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia:

Demonstração do resultado:

Período de três meses findo em 31 de março de 2026 comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2025

(em R$ mil)	31/03/2026	AV	AH	31/03/2025	AV
Receita Operacional Líquida	4.932.636	100%	4.389,81%	109.863	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(4.661.582)	-94,50%	-	-	-
Lucro Bruto	**271.054**	**5,50%**	**146,72%**	**109.863**	**100,00%**
Participação Nos Lucros de Controladas Avaliadas Pelo Método de Equivalência Patrimonial	-	-	-	-	-
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(28.621)	-0,58%	-2.195,24%	1.366	1,24%
Despesas Gerais e Administrativas	(100.995)	-2,05%	188,68%	(34.985)	-31,84%
Total de Receitas (Despesas) Operacionais	**(129.616)**	**-2,63%**	**285,54%**	**(33.619)**	**-30,60%**
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**141.438**	**2,87%**	**85,51%**	**76.244**	**69,40%**
Receitas Financeiras	970.604	19,68%	301,19%	241.933	220,21%
Despesas Financeiras	(686.047)	-13,91%	351,74%	(151.869)	-138,23%
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	**284.557**	**5,77%**	**215,95%**	**90.064**	**81,98%**
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**425.995**	**8,64%**	**156,15%**	**166.308**	**151,38%**

(em R$ mil)	31/03/2026	AV	AH	31/03/2025	AV
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(157.662)**	**-3,20%**	**214,01%**	**(50.210)**	**-45,70%**
Corrente	(549)	-0,01%	-98,61%	(39.402)	-35,86%
Diferido	(157.113)	-3,19%	1.353,67%	(10.808)	-9,84%
Lucro Líquido do Período	**268.333**	**5,44%**	**131,13%**	**116.098**	**105,68%**

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento significativo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão das operações e pela mudança de modelo operacional de alguns clientes, que migraram da modalidade de importação por conta e ordem para importação por encomenda, bem como, em 2025, pela incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A. ocorrida em abril, passando a atuar no segmento de Commodities, especialmente pela comercialização física e seus derivativos financeiros (*hedge*) relacionados a diversas *commodities*. Em março de 2026, a receita cresceu 4.389,81% em comparação ao mesmo período de 2025, devido à entrada do segmento de *commodities*, bem como à entrada de novos clientes e à transição de clientes para o modelo de importação por encomenda.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

A variação do custo dos Produtos Vendidos no período de março de 2026, em comparação ao mesmo período de 2025, foi proveniente da incorporação da Engelhart CTP (Brasil), passando a apresentar custos em suas operações, cujo principal fator é o custo logístico.

LUCRO BRUTO

No período encerrado em 31 de março de 2026, o lucro bruto cresceu 146,72% comparado ao mesmo período de 2025, impulsionado principalmente pelo aumento do volume operado no período, bem como efeitos da incorporação e da entrada de novos clientes.

TOTAL DE RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

No período encerrado em 31 de março de 2026, o Total de Receitas (despesas) Operacionais aumentou 285,54%, totalizando R$ 129,6 milhões, comparado com R$ 33,6 milhões no período de 31 de março de 2025. Esse aumento deve-se, principalmente, às despesas com serviços contratados de terceiros para fazer frente ao crescimento das operações da Companhia e melhoria em infraestrutura, bem como a incorporação das operações da Engelhart CTP (Brasil).

RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

Receitas (despesas) Financeiras, líquidas estão representadas por um resultado financeiro na ordem de R$ 284,6 milhões no período encerrado em 31 de março de 2026, um aumento de 215,95% comparado com R$ 90,1 milhões no período de 31 de março de 2025. Esse crescimento refere-se principalmente ao resultado gerado pelos ativos financeiros advindos da incorporação da Engelhart CTP (Brasil).

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no período encerrado em 31 de março de 2026 cresceu 156,15%, comparado ao mesmo período de 2025. O crescimento reflete o aumento no volume de operações e de resultado financeiro, entrada de novos clientes, bem como dos efeitos da incorporação.

Demonstração do fluxo de caixa:

Apresentamos a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre o fluxo de caixa da Companhia:

(em R$ mil)	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**29.134**	**-2.626.873**	**-946.651**

Caixa aplicado nas atividades de investimentos	-14.411	463.721	-2.213.823
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-2.423	2.657.131	3.115.274

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS

Em 31 de março de 2026, a Companhia gerou caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 29,1 milhões. Essa geração de caixa reflete principalmente a movimentação das contas operacionais, destacando-se o aumento de fornecedores e estoques, que contribuíram para a entrada de recursos.

Em 2025, a Companhia consumiu caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 2.626,9 milhões, comparado ao consumo de R$ 946,7 milhões no exercício social de 2024. O consumo está relacionado ao crescimento das receitas líquidas, que contribuiu diretamente no aumento no contas a receber e, por consequência, nos fornecedores, bem como ao efeito da incorporação ocorrida em abril de 2025.

No exercício social de 2024, a Companhia consumiu caixa líquido nas atividades operacionais de R$ 946,7 milhões, comparado ao fluxo gerado de R$ 13,3 milhões no exercício social de 2023. O consumo está relacionado ao crescimento das receitas líquidas, que contribuiu diretamente no aumento no contas a receber e, por consequência, fornecedores.

CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou um fluxo de caixa líquido negativo nas atividades de investimento de R$ 14,4 milhões, refletindo principalmente os desembolsos realizados para aquisição de ativos e investimentos.

Em 2025, a Companhia gerou caixa nas atividades de investimentos de R$ 463,7 milhões, em comparação com o consumo de R$ 2.213,8 milhões no exercício social de 2024. A geração de caixa está relacionada as operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de derivativos.

Em 2024, a Companhia aplicou caixa nas atividades de investimentos de R$ 2.213,8 milhões, em comparação com o caixa gerado de R$ 23,9 milhões no exercício social de 2023. A aplicação de caixa está relacionada as operações de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros de derivativos.

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresentou um fluxo de caixa líquido negativo nas atividades de financiamento de R$ 2,4 milhões, resultado principalmente do pagamento do principal de empréstimos.

Em 2025, a Companhia gerou caixa pelas atividades de financiamento de R$ 2.657,1 milhões, comparado ao caixa gerado de R$ 3.115,3 milhões no exercício social de 2024. O efeito líquido dessa geração de caixa está relacionado aos principais eventos incorridos no período, com emissão de debênture no valor de R$ 1.000,0 milhões e aumento de capital de R$ 1.800,0 milhões, somado ao pagamento de principal de empréstimos de R$ 142,9 milhões.

Em 2024, a Companhia gerou caixa pelas atividades de financiamento de R$ 3.115,3 milhões, comparado ao caixa gerado de R$ 199,3 milhões no exercício social de 2023. O efeito líquido dessa geração de caixa está relacionado aos principais eventos incorridos no período, com a conversão em capital do AFAC em R$ 242 milhões e AFAC recebido de R$ 3.957,8 milhões, a liquidação de empréstimos e financiamentos de R$ 0,6 milhões, e a distribuição de dividendos de no montante de R$ 505,8 milhões.

2.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada, especialmente pela comercialização física de diversas commodities e seus derivativos financeiros (*hedge*), por operações de importação de mercadorias, por conta e ordem de terceiros ou por encomenda e pela prestação de serviços de consultoria de planejamento comercial, operacional, logístico e financeiro.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia registrou no período encerrado em 31 de março de 2026 um crescimento de 4.389,81% na receita operacional líquida comparado ao mesmo período em 2025. Tal crescimento se deu em razão do aumento no volume de operações, entrada de novos clientes e bem como resultado da incorporação da Engelhart CTP (Brasil) S.A.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Introdução de novos produtos e serviços

Em 31 de março de 2026 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve variações relevantes na receita da Companhia decorrentes da introdução de novos produtos e serviços no período.

Alterações de volumes e modificações de preços

No período de 31 de março de 2026 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as alterações de volumes e modificações de preço não produziram diretamente impactos relevantes na receita da Companhia.

Taxa de Câmbio

Outro fator a ser considerado na análise da evolução da receita é a variação da taxa de câmbio, uma vez que os produtos importados são convertidos em moeda nacional para precificação e valoração e influência direta nos volumes faturados, bem como exercendo impacto semelhante nas operações de comercialização física de commodities.

Inflação

Em 31 de março de 2026 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a inflação não produziu impactos relevantes na receita da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variação de preços dos principais insumos e produtos

No período de 31 de março de 2026 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a variação de preços dos principais insumos e produtos não produziu impactos relevantes no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia. Para as operações da Companhia que são realizadas sob encomenda, os preços de venda permanecem inalterados, pois todos os custos e despesas operacionais, incluindo financeiros, são integralmente repassados aos clientes.

Taxa de Câmbio

A Companhia, na execução de sua atividade de importação de mercadorias por encomenda de seus clientes, está sujeita aos efeitos das variações cambiais nos pagamentos aos fornecedores internacionais, bem como das variações nas taxas de juros nos financiamentos destas importações.

Todavia, pela característica inerente nas importações por encomenda, devidamente negociada e formalizada contratualmente, tais efeitos são integralmente repassados ao cliente encomendante da mercadoria importada pela Companhia, que acrescenta os valores correspondentes, positivos ou negativos, no valor da mercadoria importada e vendida ao cliente. Consequentemente, os impactos de tais efeitos no resultado contábil e no fluxo de caixa da Companhia são imateriais. Para a exportação, a desvalorização cambial pode resultar em aumento do preço da commodity, o que por sua vez pode gerar um aumento da receita ou do custo, a depender do impacto sobre vendas ou compras, respectivamente.

No entanto, é importante ressaltar que a desvalorização cambial também pode gerar aumento dos custos de insumos importados, como fertilizantes. Ainda sobre este ponto, vale ressaltar a importância dos preços do petróleo, que têm impacto direto no custo de frete da operação, dada a dependência da matriz nacional de escoamento sobre este insumo. Portanto, uma gestão cuidadosa e estratégica é necessária para otimizar os benefícios e mitigar os riscos associados à volatilidade cambial.

Taxa de juros

Em 31 de março de 2026 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a taxa de juros não produziu impactos relevantes no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia. As taxas de juros das captações realizadas pela Companhia (FINIMP) são repassadas aos clientes no momento do faturamento e, para as captações via Certificado de Recebíveis do Agronegócio, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio e debêntures, a Companhia adota a estratégia de *hedge accounting* de valor justo.

2.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Para 31 de março de 2026, não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em estrita consonância com a revisão administrativa iniciada a partir de 01 de outubro de 2024, procedeu-se à implementação de uma alteração na apresentação da receita operacional líquida e dos custos dos produtos vendidos, de forma que, para as operações em que a entidade atua na qualidade de agente, tais valores passaram a ser reportados de maneira líquida (net).

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou opiniões modificadas no parecer de auditoria referentes às demonstrações financeiras para 31 de março de 2026, 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou descontinuidade nas áreas de negócio reportadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia no exercício social de 2023.

No exercício social de 2024, a ECTP Brasil, sociedade integrante do Grupo BTG Pactual com atuação voltada ao setor de commodities agrícolas, adquiriu aproximadamente 94% indiretamente do capital social da Companhia, então denominada Sertrading (BR) Ltda. Essa aquisição teve como objetivo estratégico a integração das operações da Sertrading à plataforma de commodities do Grupo BTG Pactual, ampliando a oferta de serviços especializados em comércio exterior à base de clientes do Banco BTG Pactual, bem como viabilizando a disponibilização de produtos financeiros aos clientes da Sertrading. Posteriormente, em 30 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação reversa da ECTP Brasil pela Companhia, resultando na extinção da ECTP Brasil e na sucessão universal de seus ativos e passivos pela Companhia. Como consequência, o Banco BTG Pactual S.A. passou a ser o único acionista da Companhia. Essa operação representou uma reorganização societária com efeitos relevantes sobre a estrutura patrimonial da Companhia, incluindo a substituição de ações e a integralização de acervo líquido no valor de R$ 5.031.807.171,70, refletida em aumento de capital e reserva de capital.

Em 28/02/2025 a Companhia incorpora a sociedade Serglobal Participações Ltda, cujo capital social era de R$91.282 mil dividido em 90.675.870 cotas. A sociedade incorporada por sua vez era a controladora da Sertrading S/A, que com esse evento a Companhia passou a ser a controladora da Sertrading S/A, que até então era uma das sócias do seu quadro societário. Em 07/11/2025, diante do cumprimento das condições precedentes aplicáveis, formalizou o fechamento da operação relacionada à compra do capital social do BTG Pactual Commodities (BR) S.A.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

2.5. MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

De acordo com a Resolução CVM n° 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

2.6. EVENTOS SUBSEQUENTES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

2.7. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR A DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS SOCIAIS, INDICANDO

	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com o Estatuto Social vigente, do lucro líquido do exercício, correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (b) constituição das reservas previstas na Lei das S.A., caso aplicáveis; (c) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto e da legislação aplicável; e (d) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente até 75% do lucro líquido poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de Reserva de Investimentos. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas à consecução do objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Estatuto Social, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.	De acordo com o Estatuto Social vigente, do lucro líquido do exercício, correspondente à parcela do resultado remanescente depois dos ajustes e deduções legais, terá a seguinte destinação: (a) 5% para constituição da reserva legal, observados os limites e hipóteses de não constituição previstos em lei; (b) constituição das reservas previstas na Lei das S.A., caso aplicáveis; (c) do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas acima, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto e da legislação aplicável; e (d) o saldo remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, em parcela correspondente até 75% do lucro líquido poderá ser destinado, total ou parcialmente, à constituição de Reserva de Investimentos. A Reserva de Investimentos tem o objetivo de assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, investimentos em atividades relacionadas à consecução do objeto social da Companhia e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações. A parcela anual dos lucros líquidos destinada à Reserva de Investimento será determinada pelos acionistas em Assembleia Geral, com base em proposta da administração, obedecendo às destinações determinadas no Estatuto Social, sendo certo que a proposta ora referida levará em conta as necessidades de capitalização da Companhia e as demais finalidades da Reserva de Investimentos. O limite máximo da Reserva de Investimentos será aquele estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A. Quando a Reserva de Investimentos atingir seu limite máximo, ou quando a Companhia entender que o saldo da reserva excede o necessário para cumprir sua finalidade, a Assembleia Geral poderá determinar sua aplicação total ou parcial na integralização ou aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, na forma do artigo 199 da Lei das S.A.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável, tendo em vista que o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 ainda está em curso e, portanto, não houve quaisquer retenções em relação aos lucros de tal exercício social.	Reserva Legal: R$ 54.535.000,00 Reserva Estatutária: R$ 1.171.051.000,00
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 ainda está em curso e, portanto, não houve quaisquer retenções em relação aos lucros de tal exercício social.	100%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Do saldo remanescente após as deduções e reversões previstas no Estatuto Social, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.	Do saldo remanescente após as deduções e reversões previstas no Estatuto Social, se houver, parcela correspondente a 25% do lucro líquido, no mínimo, deve ser destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada exercício social. Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, podendo, se julgar conveniente e atendidos os requisitos legais, declarar dividendo intermediários ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, usualmente realizada nos primeiros quatro meses de cada exercício social. Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. A Diretoria poderá levantar balanços intermediários ou intercalares, podendo, se julgar conveniente e atendidos os requisitos legais, declarar dividendo intermediários ou intercalares e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros.

	Período de três meses findo em 31 de março de 2026	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O dividendo mínimo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos com base no disposto acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.	O dividendo mínimo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação e os administradores encaminharem à CVM, dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificativa da informação transmitida à Assembleia. Os lucros que deixarem de ser distribuídos com base no disposto acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.	A Companhia não possui política formalizada de destinação de resultados.

2.8. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items)*, tais como:

i.carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e ao exercício social corrente.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e ao exercício social corrente.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e ao exercício social corrente.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e ao exercício social corrente.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e ao exercício social corrente.

2.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 2.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e ao exercício social corrente.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTES TÓPICOS

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia possui investimentos em andamento referente ao arrendamento PAR14 que compreende um subconjunto de ações voltadas à implantação, ampliação, modernização, adequação, reposição e manutenção de bens de capital necessários à operação do terminal. Tais ações envolvem a execução de obras civis, instalação de superestrutura e aquisição de equipamentos destinados à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais. Estão incluídas intervenções para adequação e expansão da infraestrutura existente, como armazéns, pátios, sistemas de recepção rodoviária e ferroviária, moegas, correias transportadoras, tombadores e sistemas de pesagem, além da implementação de soluções tecnológicas voltadas à automação e controle das operações, tendo como local de implementação do projeto o Estado do Paraná (município de Paranaguá). Estima-se que o volume estimado de recursos financeiros totais necessários para a realização do investimento seja de R$1.300.000.000,00.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O investimento em andamento é financiado através da emissão 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 4 (quarto) séries no montante total de R$ 1.000.000.000,00.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há andamento ou previsão para desinvestimentos relevante no plano de negócios da Companhia.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas relevantes em andamento para essa finalidade.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia identifica rotineiramente os riscos e oportunidades das questões ESG, reconhecendo o nosso papel climático/ESG buscando as melhores práticas ambientais (incluindo as climáticas), sociais e/ou de governança corporativa dos nossos clientes, assim como a nossa capacidade de conectar oportunidades de investimentos sustentáveis e de impacto entre empresas e projetos, além de investidores domésticos e internacionais.

2.11. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO

A Companhia entende que não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023**.**

3.1. AS PROJEÇÕES DEVEM IDENTIFICAR

a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2. NA HIPÓTESE DE O EMISSOR TER DIVULGADO, DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES

a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1. DESCREVER OS FATORES DE RISCO COM EFETIVO POTENCIAL DE INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO, OBSERVANDO AS CATEGORIAS ABAIXO E, DENTRO DELAS, A ORDEM DECRESCENTE DE RELEVÂNCIA

a) Emissor

As receitas da Companhia poderão sofrer efeitos adversos, na hipótese de condições econômicas ou de mercado adversas.

A gestão de riscos operacionais significativos é uma realidade que enfrentamos diariamente. A materialização destes riscos identificados nesta seção pode desencadear efeitos adversos em nossos resultados, com destaque para (i) interrupções parciais na capacidade de produção agrícola dos fornecedores, (ii) movimentos irregulares e imprevistos nas dinâmicas de preços globais, (iii) falhas operacionais na cadeia do produto, (iv) mudanças significativas de práticas regulatórias, e (v) eventos de default de contrapartes. Nossa operação é fortemente dependente da oferta de produtos agrícolas e serviços de terceiros como logística contínua em diferentes modais, ferrovias, rodovias, hidrovias, armazéns, unidades de transbordo e portos, todos essenciais para o funcionamento eficaz do mercado. Os atuantes deste mercado estão intrinsecamente expostos a fatores externos, como movimentos sociais, desastres naturais, falhas de energia e greves, podendo resultar na interrupção de suas operações. A celebração de contratos com terceiros para serviços de transporte e logística fundamentais é uma prática comum, mas a rescisão ou incapacidade de renovar esses contratos, ou mesmo a negociação de novos termos, pode ter um impacto significativo em nossa situação financeira e operacional. Além disso, a maioria de nossos fornecedores está sujeita a registros governamentais no Brasil, e a perda ou não renovação desses registros pode ter efeitos negativos em nossa situação financeira e operacional.

Adicionalmente, as atividades de arrendamento e operação portuária da Companhia estão sujeitas a regime de direito público, regido pela Lei nº 12.815/2013 e pela regulamentação da ANTAQ e do Poder Concedente, do qual decorrem obrigações e contingências que podem afetar adversamente suas receitas, custos e a continuidade de suas operações. Nos termos do Contrato de Arrendamento nº 066/2025, celebrado com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), a Companhia está obrigada a atingir quantitativos mínimos de movimentação anual, sob pena de pagamento do Valor do Arrendamento Variável sobre a movimentação não realizada, independentemente da receita auferida, e assumiu integral e exclusivamente o risco de não efetivação da demanda projetada, inclusive em razão da implantação de novos terminais concorrentes, sem direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

A Companhia também é responsável pelos investimentos obrigatórios e aportes contratualmente predeterminados, independentemente do nível de utilização do terminal, e deve manter garantias, seguros e capital social mínimo durante toda a vigência. O descumprimento de obrigações contratuais ou regulatórias pode ensejar sanções que vão da multa à rescisão por culpa da Companhia, hipótese em que a indenização eventualmente devida se restringe aos investimentos não amortizados, deduzidos prejuízos e multas. A manutenção das operações depende, ainda, da preservação da qualificação como operador portuário e das licenças exigidas, sujeita à possibilidade de a ANTAQ fixar valores de cobrança junto aos usuários, ao dever de atendimento não discriminatório a terceiros e à necessidade de aprovação prévia da ANTAQ e do Poder Concedente para transferência de controle societário ou da titularidade do arrendamento, além das prerrogativas de alteração unilateral e intervenção do Poder Concedente, fatores que podem limitar a flexibilidade operacional e comercial da Companhia.

Além disso, as receitas da Companhia podem sofrer efeitos adversos em cenários de condições econômicas ou de mercado desfavoráveis, tanto no Brasil quanto no exterior. Tais condições podem reduzir a demanda por serviços de importação e impactar o volume de operações realizadas pela Companhia, afetando negativamente a receita e a sustentabilidade financeira. Entre os fatores que podem agravar esse cenário estão a redução do crescimento econômico e a perda de confiança por parte de investidores e empresas, o que resulta em menor demanda por operações de importação.

A limitação da disponibilidade de crédito e o aumento do custo de capital também podem inibir investimentos por parte dos clientes da Companhia, diminuindo o volume de negócios. Além disso, a elevação da inflação, das taxas de juros e a volatilidade cambial afetam diretamente os custos operacionais e tornam as transações de importação mais caras e imprevisíveis.

Eventos geopolíticos, como conflitos e pandemias, podem interromper cadeias de suprimentos, aumentando a incerteza nos mercados globais e reduzindo significativamente as operações de comércio exterior. Por fim, escândalos corporativos ou políticos também podem abalar a confiança dos investidores e empresas, afetando negativamente o volume de transações e, consequentemente, as receitas da Companhia.

Falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética pode afetar material e adversamente a Companhia.

Divulgações não autorizadas ou violações de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como a danos que podem afetar materialmente e adversamente seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas. Além disso, os negócios da Companhia estão expostos a riscos de possível

descumprimento de políticas, desvios de conduta ou negligência e fraude de funcionários, o que pode resultar em sanções regulatórias e sérios danos à reputação ou danos financeiros. A Companhia, ainda, pode ser obrigada a relatar eventos relacionados a problemas de segurança da informação (incluindo quaisquer problemas de segurança cibernética), acesso não autorizado e outras violações de segurança às autoridades reguladoras relevantes. Qualquer interrupção ou desaceleração significativa dos sistemas da Companhia pode causar a perda ou a entrega de informações com atrasos ou erros para contrapartes, o que poderia reduzir a demanda pelos serviços e produtos e afetar material e adversamente a Companhia.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, uma lei abrangente de proteção de dados que estabelece os princípios e obrigações gerais que se aplicam a vários setores econômicos e relações contratuais (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"). A LGPD estabelece regras detalhadas para a coleta, uso, processamento e armazenamento de dados pessoais em todos os setores econômicos, independentemente de dados a serem coletados em um ambiente digital ou físico.

A Companhia poderá incorrer em penalidades devido à violação da LGPD. Caso não consiga adequar seus processos e implementar as medidas necessárias ao pleno cumprimento da LGPD, a Companhia poderá, no futuro, estar sujeita a penalidades administrativas da ANPD, conforme previsto em lei. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, inclusive causados por terceiros que processam dados pessoais para a Companhia, sendo solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, em razão de não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Caso a Companhia não seja capaz de providenciar as medidas suficientes para proteger os dados pessoais que gerencia e armazena ou para manter a conformidade com a LGPD, a Companhia poderá incorrer em custos materiais que podem ter um efeito adverso em sua reputação e resultados operacionais. Adicionalmente, em função do tratamento de dados de pessoas localizadas na União Europeia, a Companhia também está sujeita às sanções da GDPR (*General Data Protection Regulation* ou Regulamento Geral de Proteção de Dados), que foi aprovada em abril de 2016 e entrou em vigor em maio de 2018, na medida em que a Companhia realize o tratamento de dados pessoais no contexto de atividades de um estabelecimento localizado na União Europeia ou quando ofereça produtos e serviços direcionados a pessoas naturais localizadas na União Europeia. A GDPR inclui disposições sobre direitos dos titulares de dados pessoais, princípios aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais, as bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais em termos exaustivos, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, as transferências internacionais de dados pessoais, o papel das autoridades de supervisão, dentre outras disposições.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas para a Companhia, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

Os resultados da Companhia podem ser adversamente impactados pela volatilidade cambial ou pela falha em executar a política de hedge cambial.

As oscilações do mercado financeiro podem influenciar na execução da política de hedge cambial da Companhia. Além disso, a Companhia está sujeita a riscos de perdas financeiras em situações em que a outra parte do contrato de hedge venha a não cumprir com suas obrigações contratuais, ou em que ocorra um descasamento entre o preço subjacente ao contrato de hedge e o preço real das mercadorias ou da taxa de câmbio no momento da transação.

As operações de hedge podem não ser suficientes para proteger totalmente a Companhia dos riscos relacionados às suas atividades e podem resultar em perdas que afetem seus resultados operacionais e financeiros.

Decisões judiciais desfavoráveis podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode vir a ser parte em processos de natureza cível, trabalhista, previdenciária ou tributária, dentre outros, iniciados no curso normal de seus negócios. Resultados desfavoráveis em ações relevantes que ocasionalmente venham a ser movidas contra a Companhia ou suas controladas poderão afetar negativamente os seus resultados.

A Companhia pode ser responsável por quaisquer perdas e danos decorrentes da não entrega de mercadorias a depender da modalidade da operação. As apólices de seguro contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir totalmente tais perdas e danos.

Perdas ou danos da não entrega de mercadorias e demais situações que não estejam cobertas por apólices de seguro contratadas pela Companhia, poderão gerar custos extras não previstos nessas coberturas.

A Companhia pode não ser capaz de renovar as apólices de seguro e, em caso de renovação, não poderá garantir que conseguirá renová-las nas mesmas condições contratadas. A ocorrência desse cenário poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia e na sua situação financeira.

b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia é controlada pelo Banco BTG Pactual, a lista completa de riscos deste controlador pode ser identificada no item 4.1.a. de seu formulário de referência.

c) Suas controladas e coligadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui riscos específicos relacionados às suas controladas e coligadas.

d) Seus administradores

A perda de membros da alta administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços da sua alta administração. A perda dos serviços de qualquer dos membros de sua alta administração, inclusive em virtude da inabilitação de administradores, decorrente de eventuais processos, ou a incapacidade de atrair ou manter pessoal adicional para integrá-la, poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir suficientemente com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio e, consequentemente, os seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

e) Seus fornecedores

Riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades de serviços dedicados à cadeia de suprimentos e de transporte de cargas gerais podem nos afetar adversamente.

Respondemos integralmente, perante nossos clientes, por eventuais falhas na prestação do serviço realizado por agregados e terceiros que contratamos, e não podemos garantir que o serviço prestado por eles apresente a mesma excelência daquele prestado por nossos empregados. Ainda, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas terceirizadas poderá afetar a qualidade e continuidade de nossos negócios. Caso qualquer uma dessas hipóteses ocorra, nossa reputação e nossos resultados poderão ser impactados adversamente. Além disso, na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas não cumprirem com suas obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, seremos considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis e poderemos ser obrigados a pagar tais valores aos empregados das empresas terceirizadas inadimplentes. Não podemos garantir que empregados de empresas terceirizadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco.

Interrupção ou inadimplemento no fornecimento ou insolvência por parte dos fornecedores da Companhia poderá fazer com que a Companhia tenha que adquirir no mercado, com maior preço, o mesmo volume de mercadoria para cumprir com as obrigações com seus clientes, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

A Companhia celebra contratos com seus fornecedores, com obrigação de entrega futura de mercadorias e preço determinado no ato de celebração dos contratos. Qualquer interrupção ou inadimplemento no fornecimento ou insolvência por parte dos fornecedores poderá fazer com que a Companhia tenha que adquirir no mercado, com maior preço, o mesmo volume de mercadoria para cumprir com as obrigações com seus clientes, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Quebra de safra, pragas e doenças ou adversidades enfrentadas pelos produtores podem afetar sua capacidade de honrar seus compromissos com a Companhia, impactando adversamente seus resultados.

As lavouras atuais e futuras de fornecedores da Companhia estão expostas a pragas e doenças e outras adversidades que podem afetar sua produção. O combate ou o controle das pragas e doenças demandam investimentos constantes, o que eleva o custo de produção. Além das pragas já existentes, o surgimento de novas pragas e/ou a mutação dos

tipos atualmente existentes poderão afetar negativamente e, até mesmo, destruir por completo as lavouras de clientes da Companhia. Dessa forma, situações adversas enfrentadas pelos produtores que resultem em quebra de safra podem afetar a sua capacidade de honrar os compromissos firmados com a Companhia, acarretando inadimplência, sobretudo nos casos em que os fornecedores não possuam seguros e/ou garantias ou que não disponham de recursos suficientes para a cobertura de suas responsabilidades perante a Companhia, o que poderá acarretar efeitos adversos aos seus resultados.

Oscilações nos preços das commodities poderão afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Variações nos preços das commodities negociadas pela Companhia poderão aumentar os custos da Companhia e afetar adversamente sua situação financeira, rentabilidade e resultados operacionais. Adicionalmente, alterações na legislação tributária, com alteração de alíquotas de impostos ou criação de novos tributos que venham a encarecer as commodities negociadas pela Companhia, em valores mais elevados do que o mercado consumidor possa absorver, dificultando a comercialização dos produtos, ou diminuindo a lucratividade da Companhia, pode impactar negativamente as atividades, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Danos físicos às mercadorias, atraso na entrega e perda de carga podem vir a afetar seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a danos físicos às mercadorias, atraso na entrega e perda de carga durante o transporte, manuseio ou armazenamento, inclusive quando esses serviços são realizados por prestadores de serviços terceirizados.

Esses eventos podem ocorrer devido a acidentes, condições climáticas adversas, falhas nos processos operacionais, manuseio inadequado ou negligência por parte dos prestadores de serviços. Além disso, o atraso na entrega ou a perda de carga podem resultar na insatisfação do cliente, levando a reivindicações e prejuízos financeiros.

Em situações em que ocorra dano, perda ou atraso, a Companhia pode ser responsabilizada pelo cliente. Isso pode vir a impactar a relação comercial e afetar seus resultados operacionais e financeiros.

Uma paralisação ou greve significativa dos prestadores de serviços pode afetar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia podem ser adversamente afetadas em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária de seus prestadores de serviços, bem como em caso de aumento salarial, inclusive de terceirizados.

Adicionalmente, como parte das atividades da Companhia é terceirizada, a descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, os resultados da Companhia poderão ser impactados adversamente.

Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados a qualquer um de seus fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso sobre as operações e os negócios da Companhia.

Concentração de fornecedores logísticos.

A concentração de fornecedores logísticos gera dependência pela Companhia de um número limitado de provedores de serviços logísticos, como transportadoras, operadores portuários ou empresas de armazenamento, fazendo com que a Companhia fique mais vulnerável a problemas de desempenho ou disponibilidade desses fornecedores.

Caso um desses fornecedores enfrente dificuldades operacionais, como falhas de entrega, interrupções no serviço, greves ou problemas financeiros, a capacidade da Companhia de importar mercadorias de maneira eficiente pode ser comprometida, resultando em atrasos na cadeia de suprimentos e aumento de custos operacionais.

f) Seus clientes

A receita da Companhia é concentrada em negócios com contrapartes relacionadas do Grupo BTG Pactual, de modo que, especialmente se tais transações não forem pactuadas em caráter comutativo e em observância às normas aplicáveis, essa concentração excessiva em clientes que são partes relacionadas pode expor a Companhia a impactos negativos em seus negócios, e por consequência, em sua situação financeira e resultados.

Cerca de 90% da receita da Companhia advém de transações com contrapartes relacionadas ao Grupo BTG Pactual. Esta concentração excessiva pode expor a Companhia a riscos, inclusive de inadimplência, em caso de alteração na capacidade de pagamento ou na saúde financeira de tais contrapartes, afetando diretamente as receitas e os negócios da Companhia, ocasionando prejuízos financeiros materiais. Além disso, por se tratarem de transações com partes relacionadas, esse risco pode ser amplificado na medida em que, se tais transações não observarem as normas

aplicáveis nem forem pactuadas em caráter comutativo, inclusive por força de situações de potencial conflito de interesse, a Companhia pode sofrer impactos negativos em seus negócios e, por consequência, em sua situação financeira e resultados.

A Companhia está exposta a riscos de inadimplência e outros riscos de contrapartes de seus clientes no curso normal dos seus negócios.

A Companhia está exposta ao risco de não recebimento ou inadimplência dos contratos ou acordos celebrados com clientes. Se um número de clientes inadimplir com suas obrigações de pagamento, a condição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia podem vir a ser afetados de forma adversa.

Os resultados da Companhia dependem da base de clientes e do volume de negócios por eles gerados e, caso haja uma redução no volume desses negócios, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

Os resultados da Companhia dependem dos contratos celebrados com seus clientes, dentre outros fatores relacionados à sua base de clientes, incluindo a manutenção do relacionamento, das demandas e da satisfação com seus serviços, bem como a ausência de efeitos materiais adversos nos negócios dos clientes.

Uma redução no volume dos negócios com os principais clientes, pode resultar em uma redução nas margens operacionais da Companhia devido à redução de escala e à consequente redução na diluição dos custos fixos.

Ainda, se os clientes da Companhia sofrerem efeitos econômicos materiais adversos causando uma menor demanda pelos serviços ou aumentando de forma significativa o índice de inadimplência dos clientes, os resultados financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa.

g) Setores da economia nos quais o emissor atue

A disponibilidade e o preço de produtos agrícolas poderão ser afetados pelo clima, pragas, programas governamentais e outros fatores alheios ao controle da Companhia.

A disponibilidade e o preço dos produtos agrícolas estão sujeitos a uma grande oscilação, devido a fatores imprevisíveis, como o clima, o plantio, os programas e políticas agrícolas do governo, alterações da demanda global decorrentes do crescimento populacional e da mudança dos padrões de vida, a produção global de produtos agrícolas substitutos aos originados e comercializados pela Companhia, epidemias que influenciem a demanda de matéria-prima e desequilíbrios temporários entre a oferta e a demanda. Historicamente, estes fatores provocam volatilidade no setor de produtos agrícolas e, portanto, na disponibilidade e no preço dos produtos agrícolas originados e distribuídos pela Companhia. Uma redução da oferta de produtos agrícolas devido a qualquer dos fatores acima mencionados elevaria os custos dos produtos agrícolas produzidos pela Companhia, o que poderia afetar negativamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. A redução da oferta de tais produtos poderá também limitar a capacidade da Companhia de transportar e distribuir produtos agrícolas de maneira eficiente, o que poderá afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

A agricultura é uma atividade sazonal, o que pode ter um efeito adverso sobre as receitas e condição financeira da Companhia.

As atividades e, consequentemente, o faturamento da Companhia estão diretamente relacionados aos ciclos das culturas agrícolas que são de natureza sazonal. Desta forma, os seus resultados operacionais sofrem variações significativas entre o período de plantio e colheita de cada safra. A sazonalidade das lavouras também implica a sazonalidade do lucro bruto apurado em bases diferentes do exercício social, o que pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais apurados em bases diferentes do exercício social, bem como no valor ou na liquidez das ações de emissão da Companhia.

Em sua atividade de compra e venda de commodities, a Companhia opera mercadorias com cotação em moeda estrangeira, estando sujeita à volatilidade do preço e moeda de negociação das commodities em razão do mercado internacional e, adicionalmente, a riscos decorrentes de variações cambiais, que são refletidas na precificação dos produtos transacionados e podem afetar tanto as decisões de produtores quanto de compradores internacionais.

Os produtos agrícolas são cotados internacionalmente em dólares em bolsas de mercadorias situadas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. A variação dos seus preços pode exercer um grande impacto nos resultados da Companhia. A flutuação do seu preço pode ocasionar um grande impacto na rentabilidade da Companhia. Ademais, importa salientar que a soja, o milho e o açúcar, principais commodities negociadas pela Companhia, são relevantes fontes de alimento de diversas nações e culturas comerciais, o que atribui a tais produtos extrema importância no comércio internacional. Com isso, seus preços podem sofrer variação no mercado internacional, sendo alvo de

barreiras alfandegárias ou não tarifárias, tais como embargos, restrições sanitárias, políticas de cotas comerciais, sobretaxas, contencioso comercial internacional, dentre outros. Adicionalmente, considerando que as commodities são negociadas em moeda estrangeira, a Companhia também está sujeita a riscos decorrentes de variações cambiais, que podem impactar indiretamente a precificação dos produtos transacionados e podem afetar tanto as decisões de produtores quanto de compradores internacionais.

Riscos de exposição no mercado de commodities

Como parte de suas atividades, a Companhia assume posições compradas e vendidas no mercado de commodities. Caso o mercado se movimente de forma contrária às posições por ela assumidas, a Companhia poderá incorrer em perdas e ter um impacto negativo em sua situação econômico-financeira.

Em sua atividade, a Companhia importa mercadorias precificadas em moeda estrangeira, estando sujeita à volatilidade do preço da moeda decorrentes de variações cambiais, que são refletidas na precificação da importação das mercadorias e podem afetar a decisão de compra dos clientes.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às variações cambiais, uma vez que as mercadorias importadas são adquiridas no exterior e precificadas em moedas estrangeiras. A volatilidade das taxas de câmbio pode resultar em oscilações no custo de aquisição e importação dessas mercadorias.

A desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira pode impactar negativamente a Companhia, que atua no setor de importação. Uma moeda local mais fraca pode aumentar o custo dos produtos importados, tornando-os menos acessíveis aos clientes. Esse aumento nos preços pode reduzir a demanda por esses produtos, o que pode impactar o volume de importações realizadas pela Companhia. Esse cenário pode resultar em uma queda nas vendas e nos resultados operacionais da Companhia.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro.

Os negócios da Companhia, sua situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas;
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte e operação portuária;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

h) Regulação dos setores em que o emissor atue

Alterações nos regimes tributários e fiscais e suas interpretações podem afetar de forma adversa a Companhia e os mercados nos quais opera.

O governo brasileiro regularmente promulga reformas aplicáveis aos regimes tributários aos quais a Companhia e seus clientes são sujeitos. Tais reformas incluem mudanças na taxa de impostos aplicáveis e, ocasionalmente, a promulgação de taxas temporárias, cujos rendimentos destinados para fins governamentais específicos. Os efeitos dessas alterações e quaisquer outras alterações resultantes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e não há garantia de que tais reformas não podem ter um efeito adverso sobre o negócio da Companhia. Além disso, tais mudanças podem gerar incertezas no sistema financeiro, o que pode vir a afetar a capacidade da Companhia e suas contrapartes em financiar as operações.

Alterações na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso sobre a posição financeira da Companhia ou resultados operacionais. Além disso, o congresso brasileiro pode discutir amplas reformas tributárias no Brasil para melhorar a eficiência da alocação dos recursos econômicos, como proposto pelo poder executivo do Governo Federal brasileiro. Reformas fiscais no Brasil têm sido discutidas nos últimos anos. Prevê-se que as reformas, se adotadas, envolveriam uma ampla reestruturação do sistema tributário brasileiro, incluindo a eventual criação de um imposto sobre o valor agregado de bens e serviços que substituiria vários impostos atualmente em vigor. Além disso, a Companhia não pode prever se as reformas fiscais serão implementadas no futuro. Os efeitos dessas alterações, se promulgadas, e quaisquer outras alterações que possam resultar da promulgação de reformas fiscais adicionais, não podem ser quantificadas.

A elaboração das declarações de imposto de renda da Companhia requer o uso de estimativas e interpretações de leis e regulamentos tributários complexos e está sujeita à revisão pelas autoridades fiscais. As regulações tributárias são complexas e sujeitas a diferentes interpretações por parte do contribuinte e das autoridades tributárias governamentais competentes, levando a disputas que, por vezes, estão sujeitas a períodos prolongados de avaliação até que uma resolução final seja alcançada. Ao estabelecer uma provisão para despesas com imposto de renda e devolução de registros, deve-se fazer julgamentos e interpretações sobre a aplicação dessas leis tributárias complexas. Se o julgamento, as estimativas e as premissas que a Companhia utilizar na elaboração de suas declarações fiscais forem subsequentemente consideradas incorretas, poderá haver um efeito adverso relevante. Em algumas jurisdições, as interpretações das autoridades tributárias são imprevisíveis e frequentemente envolvem litígios, o que introduz mais incertezas e riscos quanto à despesa com impostos.

Mudanças no ambiente legal e regulatório no setor de atuação da Companhia podem ter um impacto negativo em seus negócios.

As operações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentações dos níveis federal, estadual e municipal, além de legislações internacionais. Qualquer alteração nas regulamentações alfandegárias, de transporte ou outras leis que regem o setor podem ter um impacto adverso nas operações da Companhia. Isso inclui mudanças nas tarifas, exigências de documentação, normas de conformidade ou impostos que podem aumentar os custos operacionais, atrasar o processo ou até mesmo restringir o acesso a determinados mercados.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

As importações realizadas pela Companhia estão sujeitas a riscos ligados a operações internacionais.

A Companhia opera em mercados fora do Brasil, por meio de exportações e importações. Operar em diferentes regiões e países pode expor a Companhia a riscos políticos, econômicos e a diversos requisitos regulatórios estrangeiros que estão sujeitos a mudanças, cabendo destacar: (i) desvalorizações e outras mudanças cambiais; (ii) inflação; (iii) políticas de controle de câmbio; (iv) instabilidade social; (v) instabilidade de preços; (vi) desabastecimento de energia; (vii) flutuações das taxas de juros; (viii) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (ix) política fiscal; (x) políticas alfandegárias; (xi) alterações nas leis e regulamentações aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e (xii) outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que afetem os países para os quais a Companhia importa seus produtos. Os efeitos desses e outros riscos semelhantes poderão, isoladamente ou em conjunto, afetar o negócio, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, de maneira adversa e relevante.

A Companhia está sujeita a riscos regulatórios associados às suas operações internacionais.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações internacionais, como as leis e regulamentos ambientais, em certos países, que podem ser mais rígidos que as leis e regulamentos do Brasil, causando um aumento de custos da Companhia para o cumprimento da legislação. Caso ocorra algum descumprimento, tal fato pode levar estes países a impor sanções relacionadas ao comércio com o Brasil ou para o setor de atuação da Companhia. Uma eventual incapacidade da Companhia de cumprir leis e regulamentos ambientais internacionais poderia impedi-la de buscar financiamentos de menor custo em organizações internacionais de desenvolvimento multilateral, ou relacionadas ao governo, o que pode condicionar a disponibilidade de futuros financiamentos ao cumprimento pela Companhia de leis e regulamentos ambientais mais rígidos.

j. questões sociais

A Companhia pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com acionistas e/ou clientes assistidos por operações de crédito/financiamento/investimento, cujas atividades possam vir a gerar impactos socioambientais negativos, afetando os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

A Companhia possui uma base de contrapartes diversificada que podem ter suas atividades econômicas expostas aos fatores ambientais, sociais e climáticos. Eventuais manifestações destes fatores ambientais, sociais e climáticos nas atividades econômicas dos acionistas e clientes da Companhia podem acontecer nas mais variadas formas e em diferentes graus de intensidade nas dimensões econômica, social e ambiental, impondo-lhes perdas financeiras e/ou reputacionais que podem afetar o relacionamento com a Companhia, impactando adversamente os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à saúde e segurança de seus colaboradores, decorrentes das atividades de importação e armazenagem. A ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais pode resultar em custos adicionais, interrupção das atividades e danos à reputação da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à saúde e segurança de seus colaboradores, especialmente em razão das atividades de manuseio e armazenagem de mercadorias. O ambiente de trabalho nessas operações pode, em determinadas circunstâncias, resultar em acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou outras ocorrências que coloquem em risco a integridade física e o bem-estar dos colaboradores. A ocorrência de tais eventos pode gerar custos adicionais substanciais para a Companhia, incluindo despesas com indenizações, tratamentos médicos, paralisação temporária ou prolongada das operações e a necessidade de implementar melhorias nos processos de segurança.

Adicionalmente, acidentes de trabalho ou questões de saúde ocupacional podem prejudicar a reputação da Companhia junto a seus stakeholders. O não cumprimento das normas de saúde e segurança também pode acarretar sanções administrativas, multas e a perda de certificações ou autorizações regulatórias.

k. questões ambientais

A Companhia pode incorrer em perdas financeiras e reputacionais por conta de relacionamento com partes interessadas cujas atividades possam vir a gerar impactos socioambientais negativos, afetando os negócios, o resultado e a reputação da Companhia.

Os riscos socioambientais são provenientes de eventos associados às práticas de violação de direitos humanos, de garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse coletivo, assim como eventos associados a atos ou a atividades de degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais, ou desastres ambientais resultantes da intervenção humana. A Companhia, por possuir uma base de contrapartes diversificada, está exposta aos riscos socioambientais por meio do relacionamento com clientes assistidos por operações de crédito/financiamento/investimento, cujas atividades possam vir a gerar impactos negativos. A Companhia também está exposta por meio do relacionamento com fornecedores e outras partes interessadas, podendo incorrer em impactos diretos aos negócios da Companhia, gerando perdas financeiras e reputacionais.

A ocorrência de um desastre natural, epidemia generalizada de saúde, pandemia ou outros surtos pode prejudicar os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Desastres naturais, como incêndios ou inundações, o surto de uma epidemia ou pandemia generalizada de saúde ou outros eventos, como guerras, atos de terrorismo, eventos políticos, acidentes ambientais, falta de energia ou interrupções na comunicação, podem prejudicar significativamente os negócios da Companhia.

Esses eventos podem causar interrupções nas operações, afetar a execução de projetos e impactar negativamente a capacidade da Companhia de conduzir seus negócios. A ocorrência de eventos como esses pode comprometer a logística, a cadeia de suprimentos e o transporte de mercadorias, resultando em atrasos, aumento de custos operacionais e potenciais perdas financeiras. Além disso, eventos dessa natureza podem ter consequências prolongadas e afetar o desempenho operacional e financeiro da Companhia de maneira adversa.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia está sujeita a riscos de transição relativos à economia de baixa emissão de carbono.

Os riscos climáticos de transição referem-se às mudanças e desafios decorrentes da migração para uma economia de baixo carbono. Nesse processo, as empresas precisam reduzir ou compensar suas emissões de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que preservam e restauram mecanismos naturais de captura de carbono, como florestas e oceanos. A transição para práticas mais sustentáveis pode gerar custos significativos, exigindo investimentos em novas tecnologias, adequação a regulamentações ambientais mais rigorosas e reestruturação de modelos de negócios. Caso a Companhia não se adapte a essa transição, poderá enfrentar impactos financeiros, de reputação e operacionais.

Além disso, desastres naturais inesperados, podem causar interrupções súbitas nas atividades produtivas e no transporte de mercadorias, afetando a disponibilidade de insumos e produtos. Essas interrupções podem gerar custos significativos com recuperação de operações, além de impactar negativamente a previsibilidade de receitas e fluxos de caixa.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia considera que os principais fatores de risco a que está exposta já estão contemplados nos itens anteriores.

4.2. INDICAR OS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO, DENTRE AQUELES ENUMERADOS NO CAMPO 4.1, INDEPENDENTEMENTE DA CATEGORIA EM QUE ESTEJAM INSERIDOS

1. Alterações nos regimes tributários e fiscais e suas interpretações podem afetar de forma adversa a Companhia e os mercados nos quais opera.

2. As receitas da Companhia poderão sofrer efeitos adversos, na hipótese de condições econômicas ou de mercado adversas.

3. Falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética pode afetar material e adversamente a Companhia.

4. A Companhia está exposta a riscos de inadimplência e outros riscos de contrapartes de seus clientes no curso normal dos seus negócios.

5. A disponibilidade e o preço de produtos agrícolas poderão ser afetados pelo clima, pragas, programas governamentais e outros fatores alheios ao controle da Companhia.

4.3. DESCREVER, QUANTITATIVA E QUALITATIVAMENTE, OS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS

Risco de mercado

O Value at Risk (VaR) é uma medida de sensibilidade à perda potencial nos instrumentos financeiros em decorrência de movimentos adversos do mercado em um intervalo de tempo especificado e com um nível de confiança determinado. No processo de cálculo do VaR, a Companhia emprega uma abordagem baseada em simulações, considerando movimentos históricos do mercado e a precificação completa dos instrumentos financeiros em condições equivalentes às historicamente observadas, preservando a fidedignidade das distribuições e a correlação entre os ativos.

Como o cálculo do VaR é dependente de movimentos de mercado passados e em períodos de baixa volatilidade pode não indicar completamente o risco em face de movimentos disruptivos de mercado, ele é avaliado em conjunto com os resultados dos testes de Estresse, conduzidos pela área de risco de mercado, proporcionando uma abordagem mais abrangente na avaliação dos riscos.

O VaR apresentado a seguir foi calculado para um período de um dia, com um nível de confiança de 95%, mediante a utilização de um ano de dados históricos.

A tabela a seguir contém a média diária do VaR da Companhia para os exercícios findos em:

	31/03/2026	31/12/2025
Média Diária do VaR (milhões de reais)	6,3	7,1

Risco de moeda estrangeira

Em sua atividade base de compra e venda, a Companhia opera mercadoria com cotação em moeda estrangeira. Com isso, a Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar americano. O risco cambial decorre da possibilidade de perdas não esperadas para a Companhia, redução dos ativos e receitas, bem como o aumento dos passivos e custos resultantes de exposições a taxas de câmbio diferentes da moeda funcional de reporte, podendo ser de origem financeira ou operacional.

A taxa de câmbio para converter contas a pagar e contas a receber denominados em dólar para reais em 31 de março de 2026 foi de R$ 5,2194 (31 de dezembro de 2025 R$ 5,502).

4.4. DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS, INDICANDO

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que possuem potencial capacidade de influenciar a decisão de investimento. Para tanto, foram considerados critérios quantitativos combinados com critérios qualitativos.

O critério qualitativo baseia-se na natureza e no potencial impacto dos processos sobre os negócios, operações e a imagem da Companhia. Foram analisados processos que, de acordo com suas características e desenvolvimentos possíveis, possam ter um efeito significativo nessas frentes. Incluíram-se situações que poderiam afetar a reputação, relacionamentos com stakeholders, conformidade legal, responsabilidade social, e outras dimensões importantes para o desempenho e a integridade da Companhia.

Já o critério quantitativo concentrou-se no valor financeiro associado aos processos. Todos os processos que, individualmente, envolvessem um valor acima de 4% do valor do patrimônio líquido da Companhia foram considerados relevantes.

Considerando os critérios acima adotados, mantidos em linha com a metodologia utilizada nos formulários anteriormente divulgados pela Companhia, a Companhia informa que não há, nesta data, processos individualmente relevantes a serem divulgados ao mercado para os fins deste item 4.4.

4.5. INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO, SE HOUVER, DOS PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.4

Não aplicável, considerando que não há na data deste formulário de referência processos relevantes indicados no item 4.4.

4.6. EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NO ITEM 4.4, ANALISAR O IMPACTO EM CASO DE PERDA E INFORMAR OS VALORES ENVOLVIDOS

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes.

4.7. DESCREVER OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO ITEM 4.4.

A Companhia informa que não existem processos repetitivos ou conexos que, em conjunto, são considerados relevantes.

5.1. DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E RISCOS DE MERCADO

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

5.2. EM RELAÇÃO AOS CONTROLES ADOTADOS PELO EMISSOR PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, INDICAR

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”), em conexão com o trabalho de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não apresentou deficiências significativas relacionada a controles internos, observações relacionadas às atividades operacionais e/ou de negócio e outras deficiências.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item 5.2.d., não foram identificados pelos auditores independentes deficiências significativas durante exame realizado no âmbito do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

5.3 EM RELAÇÃO AOS MECANISMOS E PROCEDIMENTOS INTERNOS DE INTEGRIDADE ADOTADOS PELO EMISSOR PARA PREVENIR, DETECTAR E SANAR DESVIOS, FRAUDES, IRREGULARIDADES E ATOS ILÍCITOS PRATICADOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NACIONAL OU ESTRANGEIRA, INFORMAR

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia utiliza regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para prevenção detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, conforme descrito abaixo.

Programa de Integridade:

A Companhia dispõe de Programa de Integridade, adotado para suprir os requisitos da Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção") e atender os requisitos do Decreto Lei nº 11.259/22 que a regulamenta.

O Programa de Integridade da Companhia é certificado pela ISO 37001, Gestão Antissuborno e atende aos parâmetros exigidos pela norma.

Código de Ética e Conduta:

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, adotado para orientar o comportamento profissional e pessoal dos colaboradores da Companhia, conforme abaixo definidos.

O Código de Ética e Conduta regula, dentre outros assuntos: (a) os valores da Companhia; (b) as relações no ambiente de trabalho; (c) as responsabilidades individuais; (d) o relacionamento com clientes e fornecedores; (e) os tratamentos em caso de conflito de interesses.

Política de Anticorrupção e Antissuborno:

A Companhia possui Política de Anticorrupção e Antissuborno que é responsável por consolidar os padrões e regras internas que assegurem as práticas preventivas de combate à corrupção empresarial, bem como reforçar o cumprimento e reiterar o compromisso da Companhia com os princípios e diretrizes descritas no Código de Ética e Conduta.

Assim, para atender ao disposto nas normas acima, a Companhia reavalia anualmente os riscos identificados e mapeados de acordo com o seu perfil e ramo de atuação, assim como adapta as suas políticas, procedimentos e práticas.

ii. estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes estruturas organizacionais da Companhia, estão envolvidas no monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade:

Área de Compliance:

A Companhia dispõe de uma Área de Compliance, que foi formalmente implementada e aprovada desde 5 maio de 2021, por meio de reunião do Comitê de Ética e Riscos vigente à época na Companhia e que permanece inalterada.

Atualmente, a Área de Compliance é composta pelo *Chief Compliance Officer* que se reporta diretamente ao Diretor Executivo da Companhia.

A Área de Compliance assessora a administração da Companhia na implementação do Programa de Integridade. São atribuições da Área de Compliance:

- Providenciar dados de entrada para a execução das análises críticas do sistema de gestão antissuborno;
- Executar análises críticas do sistema de gestão antissuborno, apresentando seu resultado ao Comitê de Compliance do Grupo BTG Pactual ("Comitê de Compliance");

- Acompanhar ações corretivas e ações de melhorias definidas nas reuniões de análise crítica do sistema de gestão antissuborno;
- Manter o arquivamento das atas das reuniões;
- Esclarecer quaisquer dúvidas de colaboradores relacionadas a Política de Anticorrupção e Antissuborno e ao Código de Ética e Conduta;
- Implementar as ações corretivas e de melhorias identificadas nas reuniões do Comitê de Compliance;
- Apurar as denúncias recebidas e relativas a Lei Anticorrupção, ao conteúdo do Código de Ética e Conduta e das políticas da Companhia e as denúncias provenientes do Canal de Denúncias;
- Esclarecer todas as dúvidas em relação à interpretação da Política de Anticorrupção e Antissuborno ou acerca de uma situação relacionada ao tema;
- Disseminar por meio de treinamentos periódicos o Código de Ética e Conduta e a Política de Anticorrupção e Antissuborno;
- Providenciar assinaturas dos Termos de Adesão ao Código de Ética e Conduta à Política de Anticorrupção e Antissuborno e manter sua guarda, quando de sua atualização ou a cada três anos.

Fórum de Compliance:

As áreas de Compliance do BTG Pactual e da Sertrading, responsáveis pela aplicação do programa de integridade, instituíram formalmente em 07/11/2025, o Fórum de Compliance, tendo suas atribuições expressamente previstas no documento GRC.POL.0004R03 Fórum de Compliance.

O Fórum de Compliance está vinculado diretamente à Diretoria Executiva e tem a seguinte composição:

- Head de Compliance do BTG Pactual (Mariana Cardoso);
- Vice-Presidente Executivo da Sertrading (Luciano Sapata);
- Chief Compliance Officer da Sertrading (Plínio Nicolósi).

São atribuições do Fórum de Compliance:

- Garantir a disseminação dos valores e princípios éticos e de conduta na organização e assegurar que eles sejam cumpridos;
- Desenvolver e estabelecer parâmetros para a elaboração da Política Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta, considerando os princípios éticos na administração das empresas;
- Garantir a implementação do Código de Ética e Conduta no BTG Pactual Comodities Sertrading S.A.;
- Garantir que mecanismos sejam criados para permitir a compreensão, comprometimento e participação da administração com relação às questões morais da organização;
- Avaliar os casos concretos ou potenciais de violação da Política Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta e deliberar a respeito das ações necessárias para a pronta interrupção das atividades quando necessário;
- Dirimir dúvidas quanto a interpretação das políticas de integridade da Empresa;
- Reavaliar periodicamente a pertinência e atualidade dos preceitos da Política Anticorrupção e Antissuborno do Código de Ética e Conduta, bem como garantir que as ações necessárias para a divulgação de seus conteúdos e finalidades sejam realizadas;
- Acompanhar o cumprimento e a implementação do programa de integridade do BTG Pactual Comodities Sertrading S.A., estabelecido para mitigar riscos de corrupção nas relações da Empresa com agentes públicos e privados;
- Executar análise do sistema de gestão antissuborno;

- Elaborar por meio de relatório gerencial, um resumo das análises críticas do sistema de gestão antissuborno, o status geral do ambiente ético da Empresa, assim como as ações e medidas tomadas frente às violações da Política Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta para a Diretoria Executiva (Alta Direção). Apresentar a análise crítica para a Diretoria Executiva;
- Encaminhar para conhecimento da Diretoria Executiva, os casos mais graves de violações da Política Anticorrupção e Antissuborno e do Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Encaminhar denúncias às autoridades competentes, quando aplicável;
- Gerir o processo de Gestão de Risco;
- Contribuir com o atingimento dos objetivos antissuborno;
- Aprovar o Código de Ética e Conduta e a Política Anticorrupção e Antissuborno do BTG Pactual Comodities Sertrading S.A.

Área de Pessoas & Cultura:

A Companhia possui área responsável por, além de outras funções relativas ao relacionamento com os colaboradores e órgãos governamentais, obter, na integração de novos funcionários, os Termos de Adesão ao Código de Ética e Conduta à Política de Anticorrupção e Antissuborno preenchidos e assinados e manter suas guardas.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, tendo sua última atualização sido formalmente aprovada pelo Fórum de Compliance, em reunião realizada em 07 de novembro de 2025 e encontra-se disponível através da rede mundial de computadores pelo link (https://irp.cdn-website.com/cf7fb413/files/uploaded/SRT_CodigodeEticaOut2025.pdf).

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta deve ser observado por todos os seus diretores, sócios e colaboradores. Adicionalmente, todas as políticas da Companhia são aplicáveis a todos os seus Colaboradores.

Na mesma página da internet temos também o Código de Ética e Conduta dos Parceiros de Negócios, que define requisitos obrigatórios para todos os parceiros de negócio e de eventuais subcontratadas, que celebrem qualquer contrato com a empresa ou quaisquer relacionamentos de negócios. Este código reflete os requisitos do próprio Código de Ética e Conduta, do programa de Integridade e os compromissos de sustentabilidade mais amplos.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A violação ao Código de Ética e Conduta ou das políticas e procedimentos da Companhia está sujeita a ações disciplinares, independentemente do nível hierárquico, a serem avaliadas e determinadas pelo Comitê de Compliance e com base na legislação vigente.

Nesse sentido, conforme indicado na Política do Comitê de Ética e Riscos, constitui-se em violação a não observância aos preceitos nos documentos descritos, podendo acarretar a aplicação de medidas disciplinares, tais como: afastamento em caso de suspeita de envolvimento em atos de corrupção e fraude, advertência verbal, escrita ou até mesmo em desligamento por justa causa, dependendo da gravidade da falta cometida.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, tendo sua última atualização sido formalmente aprovada pelo Fórum de Compliance, em reunião realizada em 07 de novembro de 2025 e encontra-se disponível através da rede mundial de computadores pelo link (https://irp.cdn-website.com/cf7fb413/files/uploaded/SRT_CodigodeEticaOut2025.pdf).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Sertrading, membro do grupo BTG Pactual, possui um canal de denúncias seguro, imparcial e independente, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana e acessível aos colaboradores e terceiros do grupo BTG Pactual, o qual contempla um processo de recepção de informações e apuração totalmente confidencial, garantindo a proteção e não-retaliação ao denunciante de boa-fé.

Por meio do canal de denúncias do BTG Pactual, o denunciante, que pode ser nominal ou anônimo, tem a possibilidade de reportar informações e evidências condicionadas aos temas de desvios de conduta; fraudes; violação de leis, regulamentações, incluindo, mas não se limitando a denúncias relacionadas à corrupção e demais irregularidades previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O canal de denúncias é uma importante ferramenta de detecção sob a ótica de identificar riscos, infrações, desvios e conflitos, além de ter uma valiosa contribuição para atuações preditivas de modo a auxiliar o cumprimento de exigências legais e para a construção de um ambiente de trabalho mais saudável e alinhado com os valores da organização.

O Canal de Denúncias está disponível no site da Companhia: https://www.sertrading.com/contato/canal-de-denuncias.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Denúncias é uma plataforma operado por uma empresa terceira, de forma confidencial, imparcial e independente, permitindo que colaboradores e/ou terceiros da Sertrading reportem, de boa-fé, o conhecimento ou suspeita de qualquer violação de leis, regras ou regulamentos relacionados aos negócios ou atividades internas tal como fraude, corrupção, lavagem de dinheiro, conduta imprópria e/ou não ética, discriminação, assédio sexual.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias abrange a comunicação de colaboradores e terceiros da Sertrading.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

As denúncias podem ser feitas de forma identificada ou, se desejado, anônima sob a garantia de não retaliação a denunciantes de boa-fé. O tratamento das informações recebidas e todo processo de apuração e totalmente sigiloso. Qualquer colaborador que tente intimidar ou retaliar (direta ou indiretamente) outro colaborador, que tenha feito tal relato, estará sujeito à ação disciplinar em consonância as políticas existentes.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Reforçando o compromisso com a ética, a integridade e a transparência, informamos que a Sertrading passou a disponibilizar, a partir de 14 de janeiro de 2026, com um novo Canal de Denúncias, aproveitando a sinergia com o BTG Pactual, se valendo da plataforma única para comunicação de desvios, infrações e violações.

As denúncias são recebidas pela área de Compliance do BTG Pactual, que fazem uma análise preliminar e delegam para o Compliance Officer da Sertrading para fazer o devido tratamento do caso, sendo o responsável pelo processo de apuração e, quando necessário a aplicação de medida disciplinar e eventuais ações corretivas quando pertinente.

A Área de Compliance reporta periodicamente as denúncias recepcionadas ao Fórum de Compliance.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não foram registrados e confirmados casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, conforme indicado nos itens acima, a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4. INFORMAR SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA, COMENTANDO, AINDA, EVENTUAIS EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

5.5. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

A Companhia considera que não há outras informações relevantes pertinentes a esta Seção, além daquelas fornecidas nos itens anteriores.

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

BCO BTG PACTUAL S.A. | 100 % 91
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

Ações Tesouraria 91
Outros 92
Total 92

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BCO BTG PACTUAL S.A.

BCO BTG PACTUAL S.A. | 100 % 93

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

Ações Tesouraria	93
Outros	94
Total	94

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BCO BTG PACTUAL S.A.

BTG Pactual Holding Financeira Ltda | 64.972 % 95
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

BTG Pactual Holding S.A. | 3.265 % 95
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

Ações Tesouraria 96
Outros 96
Total 96

Legendas Acionista Controlador | Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding Financeira Ltda

BTG Pactual Holding S.A. | 99.915 % 97
↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

Ações Tesouraria 97
Outros 98
Total 98

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

ANDRE SANTOS ESTEVES | 0 % 99

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO | 0 % 99

BTG Pactual G7 Holding S/A | 35.01 % 100

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

GUILHERME DA COSTA PAES | 0 % 100

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS | 0 % 101

ROBERTO BALLS SALLOUTI | 0 % 101

Ações Tesouraria 102

Outros 102

Total 102

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

ANDRE SANTOS ESTEVES | 51.197 % 103

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO | 5.809 % 103

GUILHERME DA COSTA PAES | 5.351 % 104

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS | 8.848 % 104

ROBERTO BALLS SALLOUTI | 11.98 % 105

Ações Tesouraria 105

Outros 106

Total 106

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

ANDRE SANTOS ESTEVES | 0 % 107

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO | 0 % 107

BTG Pactual G7 Holding S/A | 35.01 % 108

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

GUILHERME DA COSTA PAES | 0 % 108

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS | 0 % 109

ROBERTO BALLS SALLOUTI | 0 % 109

Ações Tesouraria 110

Outros 110

Total 110

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

ANDRE SANTOS ESTEVES | 51.197 % 111

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO | 5.809 % 111

GUILHERME DA COSTA PAES | 5.351 % 112

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS | 8.848 % 112

ROBERTO BALLS SALLOUTI | 11.98 % 113

Ações Tesouraria 113

Outros 114

Total 114

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BCO BTG PACTUAL S.A.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**30.306.294/0001-45**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
7.298.813.414	**100,000 %**	**4.371.250.052**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.670.063.466	**100,000 %**	**30/04/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
7.298.813.414	**100,000 %**	**4.371.250.052**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.670.063.466	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BCO BTG PACTUAL S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BCO BTG PACTUAL S.A.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**30.306.294/0001-45**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
7.298.813.414	**100,000 %**	**4.371.250.052**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.670.063.466	**100,000 %**	**30/04/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BCO BTG PACTUAL S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
7.298.813.414	**100,000 %**	**4.371.250.052**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.670.063.466	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BCO BTG PACTUAL S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BTG Pactual Holding Financeira Ltda

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**27.742.455/0001-39**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.811.901.068	**81,771 %**	**1.397.425.360**	**35,037 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
7.209.326.428	**64,972 %**	**26/10/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
1.397.425.360	**100,000 %**	**35,037 %**	**12,594 %**
0	**0,000 %**	**0,000 %**	**0,000 %**

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BTG Pactual Holding S.A.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**10.923.227/0001-62**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
120.872.936	**1,701 %**	**241.453.092**	**6,054 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
362.326.028	**3,265 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
241.405.092	**9,317 %**	**6,053 %**	**2,176 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BCO BTG PACTUAL S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
24.119.600	**0,339 %**	**48.239.200**	**1,209 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
72.358.800	**0,652 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
48.239.200	**1,862 %**	**1,209 %**	**0,435 %**

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.150.666.940	**16,189 %**	**2.301.291.732**	**57,699 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.451.958.672	**31,110 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
2.301.291.732	**88,821 %**	**57,699 %**	**20,740 %**
0	**0,000 %**	**0,000 %**	**0,000 %**

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
7.107.560.544	**100,000 %**	**3.988.409.384**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.095.969.928	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
1.397.425.360	**100,000 %**	**35,037 %**	**12,594 %**
2.590.936.024	**100,000 %**	**0,000 %**	**0,000 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding Financeira Ltda

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BTG Pactual Holding S.A.

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**10.923.227/0001-62**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.666.100.000	**99,915 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
13.666.100.000	**99,915 %**	**14/10/2016**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding Financeira Ltda

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
11.600.000	**0,085 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
11.600.000	**0,085 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.677.700.000	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
13.677.700.000	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Acionista

ANDRE SANTOS ESTEVES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**857.454.487-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**30/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**468.306.778-15**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

BTG Pactual G7 Holding S/A

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**17.252.858/0001-46**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
457.258.408	**69,750 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
457.258.408	**35,010 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

GUILHERME DA COSTA PAES

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**959.629.487-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Acionista

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**265.065.788-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ROBERTO BALLS SALLOUTI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**135.962.478-37**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
198.312.205	**30,250 %**	**68.792.541**	**10,575 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
267.104.746	**20,451 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**581.698.582**	**89,425 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
581.698.582	**44,538 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
655.570.618	**100,000 %**	**650.491.123**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.306.061.741	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Acionista

ANDRE SANTOS ESTEVES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**857.454.487-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.090.191.176	**51,197 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.090.191.176	**51,197 %**	**30/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**468.306.778-15**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
577.507.892	**5,809 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
577.507.892	**5,809 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Acionista

GUILHERME DA COSTA PAES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**959.629.487-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
531.990.097	**5,351 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
531.990.097	**5,351 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**265.065.788-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
879.739.721	**8,848 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
879.739.721	**8,848 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

ROBERTO BALLS SALLOUTI

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**135.962.478-37**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.191.110.206	**11,980 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.191.110.206	**11,980 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.671.752.984	**16,815 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.671.752.984	**16,815 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
9.942.292.076	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
9.942.292.076	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Acionista

ANDRE SANTOS ESTEVES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**857.454.487-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**30/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**468.306.778-15**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Acionista

BTG Pactual G7 Holding S/A

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**17.252.858/0001-46**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
457.258.408	**69,750 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
457.258.408	**35,010 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

GUILHERME DA COSTA PAES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**959.629.487-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Acionista

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**265.065.788-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ROBERTO BALLS SALLOUTI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**135.962.478-37**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**28/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual Holding S.A.

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
198.312.205	**30,250 %**	**68.792.541**	**10,575 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
267.104.746	**20,451 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**581.698.582**	**89,425 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
581.698.582	**44,538 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
655.570.618	**100,000 %**	**650.491.123**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.306.061.741	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Acionista

ANDRE SANTOS ESTEVES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**857.454.487-68**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.090.191.176	**51,197 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.090.191.176	**51,197 %**	**30/12/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ANTONIO CARLOS CANTO PORTO FILHO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**468.306.778-15**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
577.507.892	**5,809 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
577.507.892	**5,809 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Acionista

GUILHERME DA COSTA PAES

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**959.629.487-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
531.990.097	**5,351 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
531.990.097	**5,351 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

RENATO MONTEIRO DOS SANTOS

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**265.065.788-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
879.739.721	**8,848 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
879.739.721	**8,848 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

ROBERTO BALLS SALLOUTI

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Sim**	**135.962.478-37**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.191.110.206	**11,980 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.191.110.206	**11,980 %**	**02/12/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.671.752.984	**16,815 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.671.752.984	**16,815 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BTG Pactual G7 Holding S/A

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	**01/01/2001**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
9.942.292.076	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
9.942.292.076	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

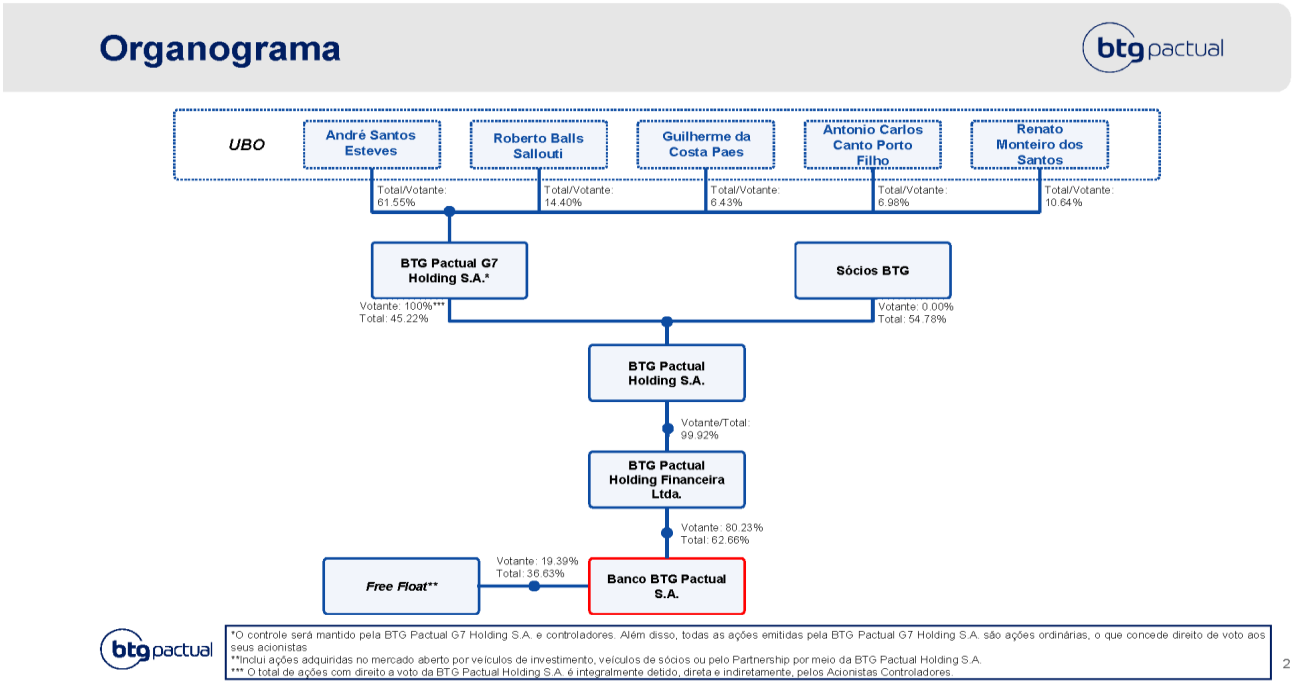
Ações em Circulação

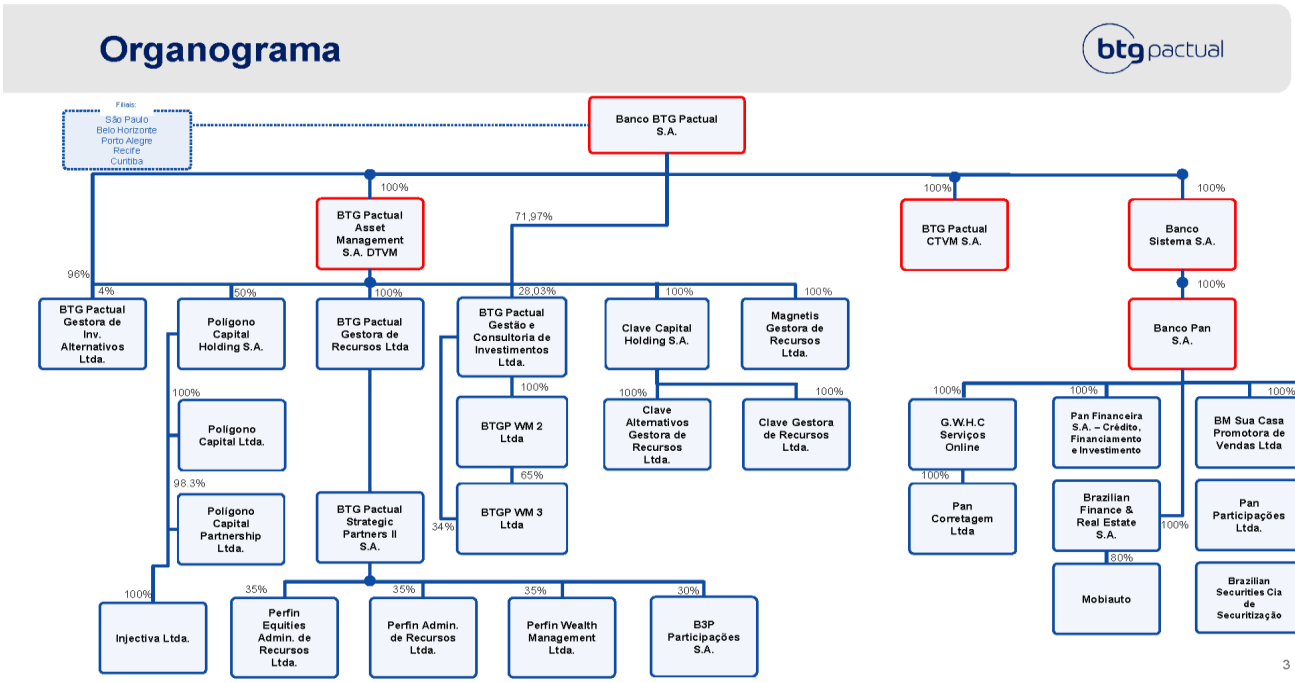
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

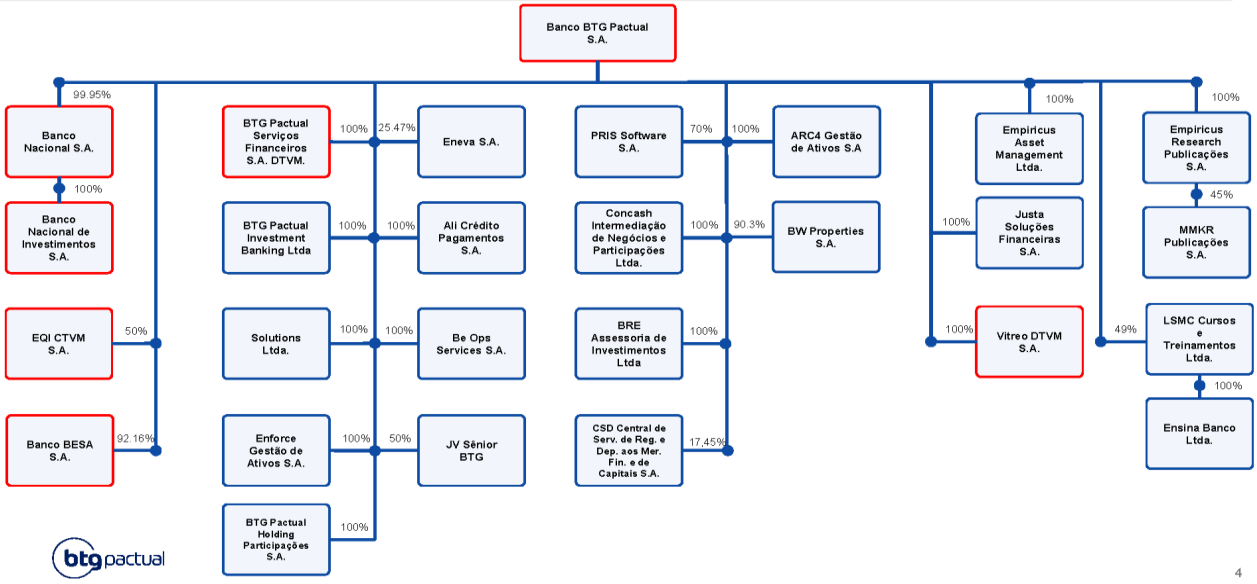
6.4 Participação em sociedades - Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

6.5 ORGANOGRAMA DOS ACIONISTAS E DO GRUPO ECONÔMICO



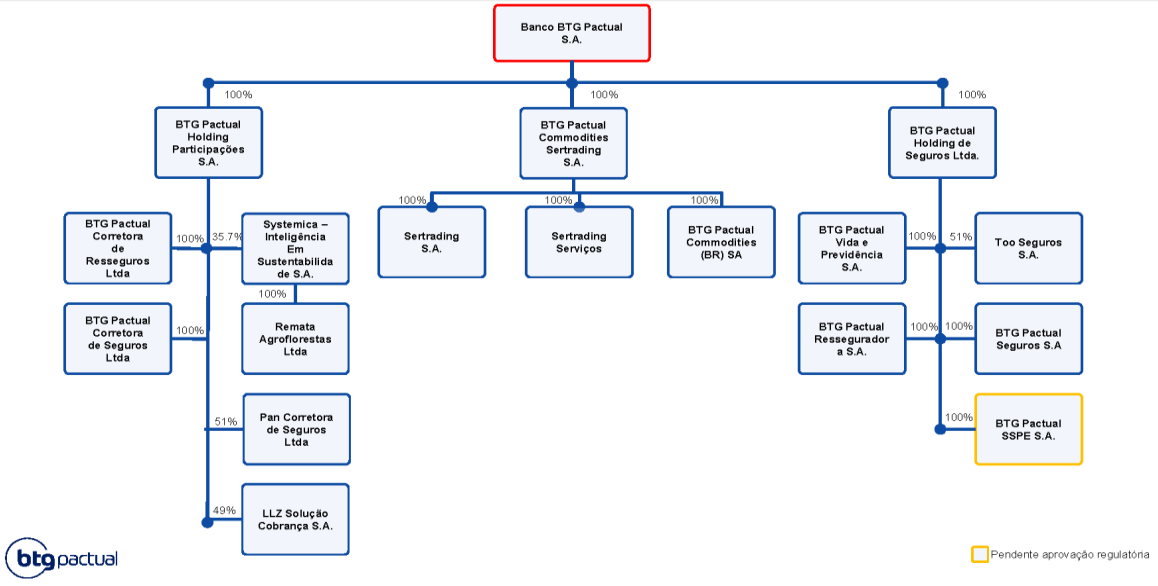


Organograma



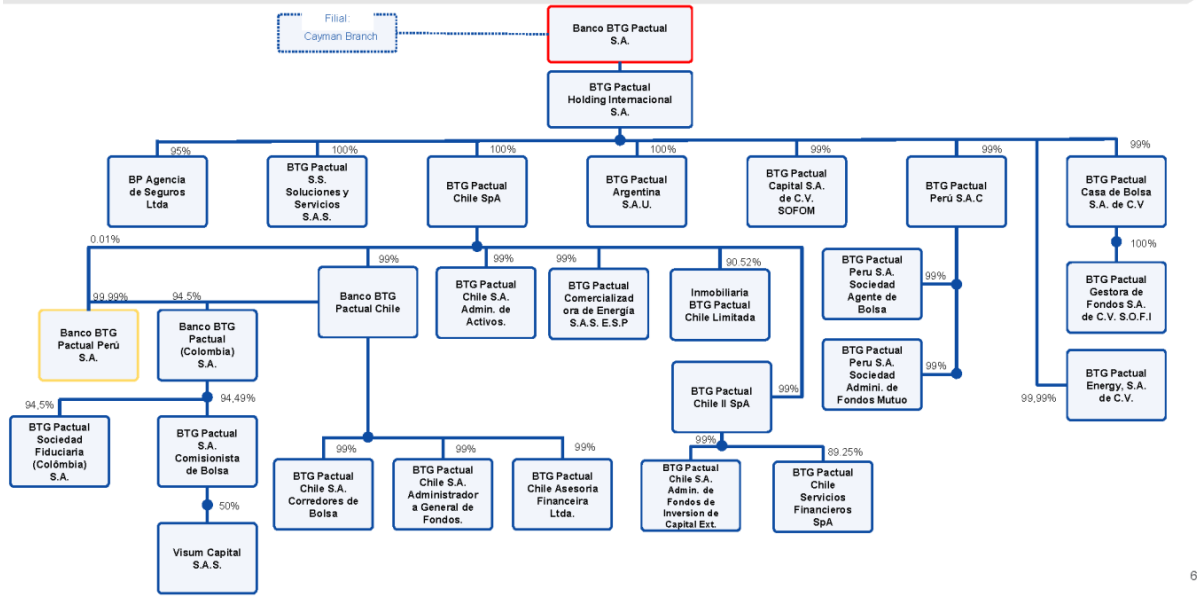
4

Organograma



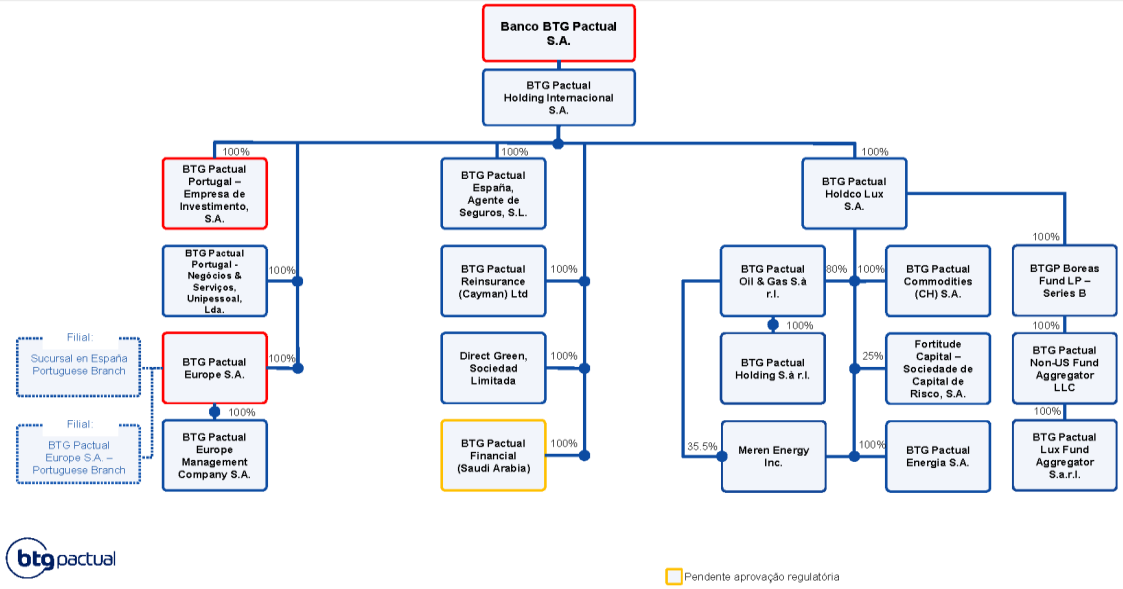
5

Organograma

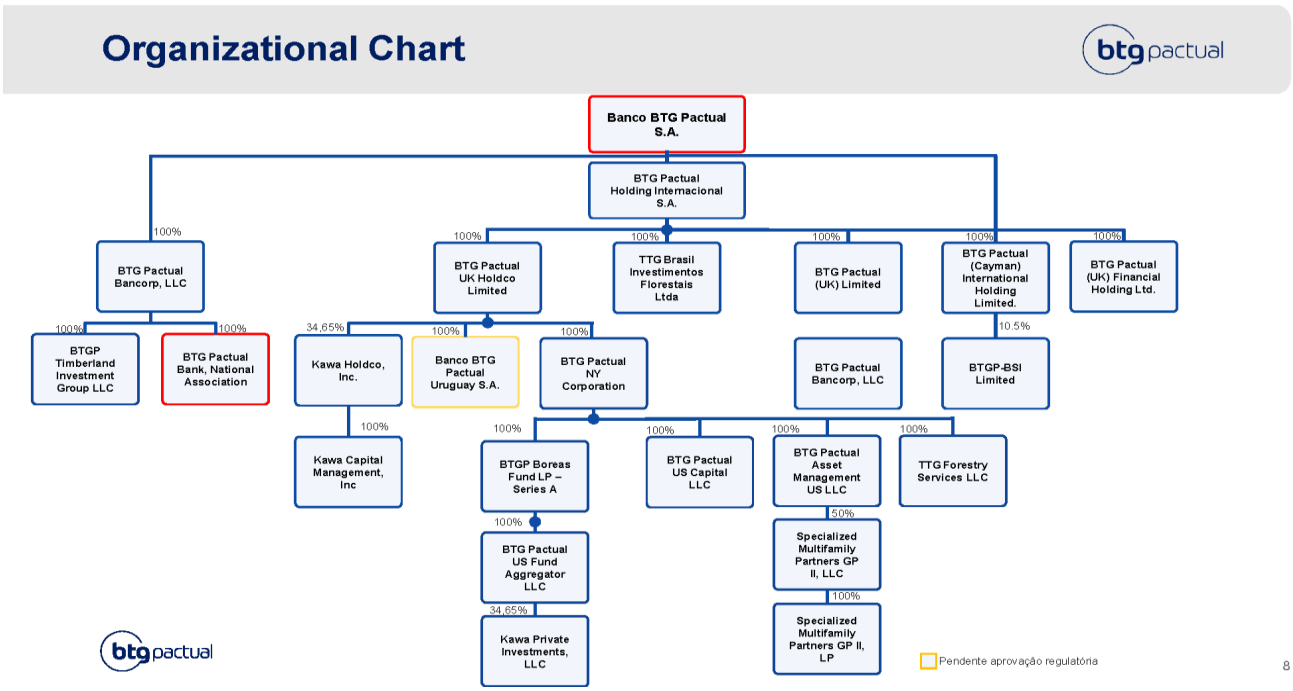


6

Organograma



7


Organizational Chart
btg pactual
Banco BTG Pactual S.A.
BTG Pactual Holding Internacional S.A.
BTG Pactual Bancorp, LLC
BTG Pactual UK Holdco Limited
TTG Brasil Investimentos Florestais Ltda
BTG Pactual (UK) Limited
BTG Pactual (Cayman) International Holding Limited.
BTG Pactual (UK) Financial Holding Ltd.
BTGP Timberland Investment Group LLC
BTG Pactual Bank, National Association
Kawa Holdco, Inc.
Banco BTG Pactual Uruguay S.A.
BTG Pactual NY Corporation
BTG Pactual Bancorp, LLC
BTGP-BSI Limited
Kawa Capital Management, Inc
BTGP Boreas Fund LP – Series A
BTG Pactual US Capital LLC
BTG Pactual Asset Management US LLC
TTG Forestry Services LLC
BTG Pactual US Fund Aggregator LLC
Specialized Multifamily Partners GP II, LLC
Kawa Private Investments, LLC
Specialized Multifamily Partners GP II, LP
100%
34,65%
10.5%
50%
Pendente aprovação regulatória
8

6.6. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes nesta seção 6.

7.1. DESCREVER AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, IDENTIFICANDO

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

d. por órgão:

iv. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não possui outros atributos de diversidade que entenda relevantes.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui política com objetivos específicos relacionados à diversidade de gênero, cor, raça ou outros atributos de diversidade em relação aos membros de sua administração e conselho fiscal.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A administração da Companhia não possui uma política específica de avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. No entanto, as análises conduzidas com relação às atividades da Companhia que possam afetar tais questões devem considerar essas questões.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	8	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 13	**2**	**11**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	10	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 13	**0**	**13**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	10	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 13	**0**	**13**	**0**

7.2. INFORMAÇÕES RELACIONADAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ADRIANO ALBERTO ANTUNES **CPF:** 023.906.449-61 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 05/12/1978

Experiência Profissional: Com atuação no desenvolvimento da área de transporte de commodities e mercadorias agrícolas do Grupo BTG Pactual no Brasil, o Sr. Adriano Alberto Antunes possui experiência na operação e gerenciamento de terminais e centros de distribuição, com capacidade para até 17 mil SKUs. Além disso, o Sr. Adriano Alberto Antunes gerencia a cadeia de suprimentos de commodities agrícolas e fertilizantes em território nacional. A experiência do Sr. Adriano Alberto Antunes se estende também ao desenvolvimento de cadeias logísticas no setor de biocombustíveis, incluindo etanol e biodiesel. Como profissional com experiência comercial, o Sr. Adriano Alberto Antunes participou ativamente na venda de serviços logísticos e na negociação de preços com clientes e fornecedores, incluindo a contratação de Gerentes de Serviços Logísticos no valor de R$1 milhão, abrangendo frete e outros serviços. Além disso, o Sr. Adriano Alberto Antunes possui experiência em gestão de equipes de operações e planejamento logístico, em todas as etapas da cadeia logística. O Sr. Adriano Alberto Antunes faz parte do Banco BTG Pactual S.A. desde 2015 e exerce cargo de Diretor Executivo na BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Adriano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome ALFREDO DE GOEYE JUNIOR **CPF:** 671.493.678-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 24/05/1950

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, o Sr. Alfredo de Goeye é fundador e presidente da Sertrading. Sr. Alfredo também possui experiência em gestão de equipes executivas e em comércio exterior. Desde 2011, é Diretor da ABECE - Associação Brasileira de Empresas de Comércio Exterior, onde desempenha um papel de destaque na articulação e representação do setor.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Alfredo de Goeye declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome FELIPE MANDIA **CPF:** 369.508.578-96 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 26/11/1988

Experiência Profissional: Com trajetória profissional diversificada em empresas multinacionais, o Sr. Felipe Mandia possui experiência em diversos setores, incluindo bens de consumo, serviços e produtos financeiros. As habilidades do Sr. Felipe Mandia abrangem uma variedade de áreas financeiras e estratégicas, destacando-se a gestão de equipes, planejamento e análise financeira, gestão de caixa, avaliação de risco, M&A, financiamento, orçamento, desinvestimento, planejamento de negócios e relações com investidores. O Sr. Felipe Mandia exerce cargo de Diretor Executivo na BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.) desde 2022.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Felipe declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome JULIA MENDONÇA ROCHA **CPF:** 059.849.307-73 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 20/05/1987

Experiência Profissional: A Sra. Julia Rocha atua como responsável pela área de Relação com Investidores do BTG Pactual há mais de 5 (cinco) anos. A Sra. Julia exerce cargo de Diretora de Relações com Investidores na Engelhart CTP (Brasil) S.A. A Sra. Julia Rocha se juntou ao BTG Pactual em fevereiro de 2011 na área de Administração de Fundos, e foi responsável por diversas áreas operacionais e pelo time comercial da BTG Pactual Serviços Financeiros. Desde junho de 2018 é responsável pelo time de Relações com Investidores e Corporate Finance do Banco BTG Pactual. A Sra. Julia é graduada em Administração de Empresas pela PUC - RJ.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Diretor de Relações com Investidores		10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Julia declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome JULIANA LÉ TASSINARI **CPF:** 370.540.598-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 23/12/1987

Experiência Profissional: A Sra. Juliana Tassinari é graduada em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e possui expertise na otimização da cadeia logístico-tributária para empresas importadoras e exportadoras. Desde sua entrada na Sertrading em 2009, a Sra. Tassinari atua com objetivo de geração de economias significativas para sua carteira de clientes. De março de 2020 até setembro de 2024 a Sra. Tassinari atuou como Diretora Executiva de Relacionamento com o cliente, Operações e Qualidade da Companhia, responsável por garantir o atingimento dos objetivos de venda, faturamento da Companhia com a máxima eficiência de custos a excelência na experiência do cliente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretora Executiva	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	A Sra. Juliana declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeita aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome LUCIANO MASCIGRANDE SAPATA **CPF:** 129.171.498-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 04/10/1968

Experiência Profissional: Com 35 anos de experiência no mercado financeiro e no comércio exterior, o Sr. Luciano Sapata atuou como Vice-Presidente de Desenvolvimento de negócios da Sertrading e backoffice de 2002 a setembro de 2024. Até setembro de 2024 foi responsável por traçar estratégias nas áreas de controladoria tributária, contábil, financeira, tecnologia, recursos humanos e marketing da Sertrading. Sr. Sapata possui conhecimento estratégico da cadeia de comércio exterior, aliado a um entendimento de governança e finanças corporativas. A experiência do Sr. Sapata também abrange gestão estratégica organizacional e liderança de equipes executivas. O Sr. Luciano também é representante da Sertrading em entidades de classe e órgãos governamentais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Luciano Sapata declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados] e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome LUIZ VIEIRA DA SILVA FILHO **CPF:** 254.001.158-61 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 16/03/1977

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Vieira é graduado em Direito e possui pós-graduação em Gestão Tributária pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Detém experiência na área tributária, uma trajetória construída em empresas de auditoria, consultoria e Trading Company. Ao longo de sua carreira, atendeu clientes de diversos segmentos, incluindo a indústria farmacêutica, bens de consumo, automobilística e grandes varejistas. Sua expertise abrange consultoria tributária, planejamento tributário, compliance e comércio exterior. De dezembro de 2020 a setembro de 2024, o Sr. Vieira ocupou o cargo de Diretor Tributário na Sertrading, à frente da concepção estratégica e execução de planejamento tributário voltado à redução da carga fiscal, mitigação de riscos e gestão do contencioso, com o objetivo de otimização tributária e de promoção de padronização e simplificação das rotinas da Sertrading.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Luiz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO **CPF:** 098.346.907-54 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/12/1983

Experiência Profissional: Manuel Gorito é Managing Partner e Head do setor de commodities. O Sr. Gorito ingressou no BTG Pactual em 2006 e tornou-se sócio em 2011. Ele foi nomeado diretor do negócio de commodities em 2019, tendo sido anteriormente responsável pelo Departamento de Risco de Crédito da empresa. Atualmente, o negócio de commodities da BTG engloba a mesa de operações de energia no Brasil, Chile e Colômbia, o negócio físico (complexo de soja, milho e açúcar) e uma mesa de operações de prop trading global (energia e gás, emissões e Ags). O Sr. Gorito é bacharel em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em finanças. O Sr. Gorito também possui uma credencial internacional, CFA (chartered financial analyst). Além disso, o Sr. Gorito exerce os cargos de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração na BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/10/2024	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		10/10/2024	Sim	10/10/2024
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Diretor Presidente / Superintendente		10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Manuel de Almeida Marins Gorito declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome RENATO HERMANN COHN **CPF:** 153.621.988-66 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 28/01/1972

Experiência Profissional: O Sr. Renato Cohn é Diretor Estatutário, CFO e Diretor de Relações com Investidores (DRI) do Banco BTG Pactual, sendo responsável pelas Áreas de Finanças e Relações com Investidores do BTG Pactual. O Sr. Renato Cohn iniciou sua carreira no BTG Pactual em 1999 como Private Banking Officer. O Sr. Renato Cohn também exerce o cargo de membro do Conselho de Administração da BTG Pactual Commodities Sertrading S.A. (antiga Engelhart CTP (Brasil) S.A.).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/10/2024	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		10/10/2024	Sim	10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Renato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome RENATO MONTEIRO DOS SANTOS **CPF:** 265.065.788-07 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 05/10/1973

Experiência Profissional: O Sr. Renato Monteiro dos Santos é Diretor Vice-Presidente Sênior do Banco BTG Pactual responsável pela Tesouraria do BTG Pactual na América Latina, bem como pelas Áreas de Renda Fixa, Câmbio e Commodities. O Sr. Renato Monteiro dos Santos também exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Engelhart CTP (Brasil) S.A. O Sr. Renato Santos iniciou sua carreira no BTG Pactual em 1997 como trader, ocupando o cargo de responsável pela Área Renda Fixa (FICC) do BTG Pactual entre 2004 e 2006. O Sr. Renato Santos é graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) e em Economia pela Universidade de São Paulo (FEA-USP).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	10/10/2024	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		10/10/2024	Sim	10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Renato declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilitação para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome ROBSON LUIS REIS **CPF:** 114.214.148-99 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 18/09/1971

Experiência Profissional: O Sr. Robson Reis é graduado e pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e possui formação em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Com quase 30 anos de experiência no setor de comércio exterior e atuação em tradings, o Sr. Robson atuou como Diretor da Sertrading de 2020 a setembro de 2024, responsável pela gestão financeira e estratégica da Companhia e pela obtenção dos resultados definidos nos planos financeiros e administrativos. Sr. Robson é representante da Sertrading junto a instituições bancárias e entidades governamentais. Além disso, o Sr. Robson atua no incremento dos ganhos financeiros por meio da administração e gestão estratégica do fluxo de caixa da Sertrading, interagindo com instituições financeiras para incremento de margem de crédito e a aplicação eficiente de recursos.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Robson Reis declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Nome THAIS MAZER SADER **CPF:** 061.237.559-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** cientista da computação **Data de Nascimento:** 24/02/1988

Experiência Profissional: Graduada em Ciência da Computação pela Universidade Estadual de Maringá e com especialização em Gestão de Tecnologia da Informação pelo Instituto Paranaense de Ensino, a Sra. Thaís Mazer Sader possui experiência profissional nas áreas de tecnologia, câmbio e operações financeiras. Ingressou no BTG Pactual em 2016, onde exerceu diferentes funções, incluindo as de Analista de Tecnologia da Informação, Analista de Câmbio, Associate Director e Director. Desde janeiro de 2025, ocupa o cargo de Executive Director na área de Operações de Commodities do BTG Pactual.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/11/2026	1ª RCA subsequente à AGO de 2027	Outros Diretores	Diretora Executiva	10/11/2026		10/11/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome THIAGO MAURO TAVARES PONTES **CPF:** 278.739.848-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 07/04/1977

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade Paulista, o Sr. Thiago Pontes atuou como Vice-Presidente da Sertrading de abril de 2023 até setembro de 2024, responsável pelo planejamento estratégico de “go to market” e “delivery”. Sob sua gestão estavam as áreas Comercial, Experiência do cliente, Logística, Qualidade, Regulatório e Operações de comércio exterior. Sua experiência no processo de importação abrange diversos setores da economia. Sr. Pontes também atuou na liderança e construção de parcerias entre a Sertrading e terceiros e terceiros, bem como na administração das operações de Comércio Exterior. Em adição, sua experiência inclui gestão organizacional e liderança de equipes executivas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	10/10/2024	RCA após a AGO 2027	Outros Diretores	Diretor executivo	10/10/2024		10/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	O Sr. Thiago Pontes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito suspensão ou inabilidade para prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, considerando que não há comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

7.7. ACORDO / SEGUROS DE ADMINISTRADORES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

7.8. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção do Formulário de Referência.

8.1. POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	11,00		14,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,00		7,00
Esclarecimento	O Conselho de Administração da Companhia é remunerado por meio de outras empresas do mesmo grupo econômico que a Companhia.	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.212.522,51		4.212.522,51
Benefícios direto e indireto	0,00	648.383,11		648.383,11
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	2.000.000,00		2.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	N/A	N/A		
Total da remuneração	0,00	6.860.905,62		6.860.905,62

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	11,00		11,75
Nº de membros remunerados	0,00	7,00		7,00
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração especifica pelo Emissor, uma vez que ja são remunerados pelos cargos exercidos em outras empresas do grupo.	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.957.520,58		3.957.520,58
Benefícios direto e indireto	0,00	587.765,80		587.765,80
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.743.303,85		1.743.303,85
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	6.288.590,23		6.288.590,23

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	12,50		13,25
Nº de membros remunerados	0,00	12,50		12,50
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração especifica pelo Emissor, uma vez que ja são remunerados pelos cargos exercidos em outras empresas do grupo.	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	9.575.460,13		9.575.460,13
Benefícios direto e indireto	0,00	741.002,88		741.002,88
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	505.308,72		505.308,72
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	0,00	10.821.771,73		10.821.771,73

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		12,33		12,33
Nº de membros remunerados		12,33		12,33
Esclarecimento		N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		10.446.046,00		10.446.046,00
Benefícios direto e indireto		620.541,91		620.541,91
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas		N/A		
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		N/A		
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração		11.066.587,91		11.066.587,91

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.4. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.6. OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.7. OPÇÕES EM ABERTO

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.8. OPÇÕES EXERCIDAS E AÇÕES ENTREGUES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.9. DILUIÇÃO POTENCIAL POR OUTORGA

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.10. OUTORGA DE AÇÕES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.12. PRECIFICAÇÃO DAS AÇÕES / OPÇÕES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.13. PARTICIPAÇÃO DETIDAS POR ÓRGÃO

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.14. PLANOS DE PREVIDÊNCIA

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.16. MECANISMOS DE REMUNERAÇÃO / INDENIZAÇÃO

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

8.17 EM RELAÇÃO AOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISÃO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, INDICAR O PERCENTUAL DA REMUNERAÇÃO TOTAL DE CADA ÓRGÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DO EMISSOR REFERENTE A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL QUE SEJAM PARTES RELACIONADAS AOS CONTROLADORES, DIRETOS OU INDIRETOS, CONFORME DEFINIDO PELAS REGRAS CONTÁBEIS QUE TRATAM DESSE ASSUNTO

Órgão	2023	2024	2025	Exercício corrente (2026)
Diretoria Estatutária	100%	100%	0%	0%
Conselho de Administração	N/A	N/A	0%	0%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

*Nos exercícios sociais de 2023 não havia parte relacionada aos controladores atuais da Companhia, uma vez que o controle foi adquirido em 1º de outubro de 2024, conforme informado nos itens 1.1, 1.12 e 6.1 deste Formulário de Referência.

** Em relação ao exercício social corrente as informações são prestadas consideram a relação dos administradores com o controlador atual da Companhia.

*** A Companhia não possuía Conselho de Administração constituído nos 3 últimos exercícios sociais e tampouco houve a instalação do Conselho Fiscal.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) - Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	794.397,43	0,00	2.810.822,41	3.605.219,84
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	1.106.415,30	0,00	1.509.990,26	2.616.405,56
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2024

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	309.000,00	0,00	0,00	309.000,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	

8.20. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a seção 8 deste Formulário de Referência.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
02/10/2024	01/01/2025	

Descrição dos serviços prestados
(i) Auditoria independente das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas das Informações Trimestrais (ITR), para os períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025; e (iii) prestação de serviços profissionais em conexão com a oferta pública de debêntures.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
Honorários relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, descrito no item (i) e (ii) acima: R$ 1.492.612,26 Emissão de carta conforto em conexão ao item (iii) acima: R$ 715.716,00
Justificativa da substituição
Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável

9.3. CASO OS AUDITORES OU PESSOAS A ELES LIGADAS, SEGUNDO AS NORMAS DE INDEPENDÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, TENHAM SIDO CONTRATADOS PELO EMISSOR OU PESSOAS DE SEU GRUPO ECONÔMICO, PARA PRESTAR OUTROS SERVIÇOS ALÉM DA AUDITORIA, DESCREVER A POLÍTICA OU PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELO EMISSOR PARA EVITAR A EXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSE, PERDA DE INDEPENDÊNCIA OU OBJETIVIDADE DE SEUS AUDITORES INDEPENDENTES

Não aplicável, considerando que não houve a contratação para a prestação de serviços extra auditoria.

9.4. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há outras informações relevantes nesta seção 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Existe um esclarecimento para o quadro ter sido preenchido todo com 'zero', inclusive a opção 'prefere não responder':

Outro motivo: De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	0	0
Não-liderança	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança			
Não-liderança			
TOTAL	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	0	0	0	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0

Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 0	**0**	**0**	**0**

10.1. DESCREVER OS RECURSOS HUMANOS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

10.2. ALTERAÇÕES RELEVANTES

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

10.3. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados - Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.4. RELAÇÕES ENTRE EMISSORES E SINDICATOS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

10.5. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção do Formulário de Referência.

11.1. REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO BTG PACTUAL S.A.	14/10/2024	712.699.587,55	712.699.587,55	712.699.587,55	2026	100% do CDI
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Aplicações financeiras em compromissadas, cujo emissor é o Banco BTG Pactual S.A., lastreadas em títulos privados. O valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aplicações financeiras do caixa disponível da Companhia para remuneração junto ao Banco BTG Pactual S.A., visando essencialmente proteger a disponibilidade de caixa da Companhia frente à inflação (100% do CDI).					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO BTG PACTUAL S.A.	01/10/2024	36.847.268,98	36.847.268,98	36.847.268,98	2026	N/A
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Saldo em conta corrente. O valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Derivativos de moeda contratados junto ao Banco BTG Pactual S.A. com o intuito de proteção cambial das exposições da operação de commodities					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO BTG PACTUAL S.A.	30/06/2025	14.495.233,10	14.495.233,10	14.495.233,10	Não aplicável	CDI
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA emitidos pela Companhia. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	O CRA em questão, que tem o Banco BTG Pactual S.A. como titular de 100% dos títulos emitidos, foi emitido a mercado pela captação com a proposta de captação de disponibilidades					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO BTG PACTUAL S.A.	01/10/2024	352.837.151,65	352.837.151,65	352.837.151,65	2026	N/A
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Instrumento derivativo – Swap contratado junto ao Banco BTG Pactual S.A. O valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Derivativos de moeda contratados junto ao Banco BTG Pactual S.A. com o intuito de proteção cambial das exposições da operação de commodities.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BANCO BTG PACTUAL S.A.	31/03/2026	30.782.731,34	30.782.731,34	30.782.731,34	2034	CDI
Relação com o emissor	Controlador					
Objeto contrato	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA emitidos pela Companhia. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	O CDCA em questão, que tem o Banco BTG Pactual S.A. como titular de 100% dos títulos emitidos, foi emitido a mercado pela captação com a proposta de captação de disponibilidades.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BTG Pactual (UK) Holdco Limited	06/12/2023	12.999.760.000,68	12.999.760.000,68	12.999.760.000,68	2035	CDI +0.55%
Relação com o emissor	Entidade do grupo econômico, sob controle comum.					
Objeto contrato	Aplicações financeiras em notas promissórias emitidas pelo BTG Pactual Holdco UK. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aplicações financeiras do caixa disponível da Companhia em notas promissórias emitidas por sociedade sob controle comum para remuneração, com cláusula de liquidez imediata, visando essencialmente proteger a disponibilidade de caixa da Companhia frente à inflação (CDI + 0,55%).					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BTG Pactual Commodities (CH) S.A.	31/12/2025	4.939.380.928,24	4.939.380.928,24	4.939.380.928,24	2026	N/A
Relação com o emissor	Entidade do grupo econômico, sob controle comum.					
Objeto contrato	Contas a receber referentes à exportações de commodities. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber referentes a exportações de commodities originadas em território nacional.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BTG Pactual Commodities (CH) S.A.	31/03/2026	10.430.881,59	10.430.881,59	10.430.881,59	N/A	N/A
Relação com o emissor	Entidade do grupo econômico, sob controle comum.					
Objeto contrato	Marcação a mercado dos contratos em aberto referente as vendas de commodities entre a Companhia e o BTG Pactual Commodities (CH) S.A. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 31.03.202					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Contas a receber referentes a exportações de commodities originadas em território nacional.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BTG PACTUAL EMPRESAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI	14/10/2024	4.122.594.768,07	4.122.594.768,07	4.122.594.768,07	N/A	100% do CDI
Relação com o emissor	Entidade do grupo econômico da Companhia					
Objeto contrato	Aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa Referenciado DI. O valor informado em saldo existente representa o saldo em aberto em 31.03.202					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação no fundo de investimento BTG Pactual Empresas Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI que é um fundo fechado com liquidez diária, e, pertence ao Grupo BTG Pactual, com rendimento total de 100% para o mês de março de 2026.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
SERTRADING S.A.	31/03/2026	161.164,10	161.164,10	161.164,10	N/A	N/A
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Compartilhamento de despesas corporativas entre a Companhia e sua controladora, sem prazo ou remuneração por juros sobre tempo decorrido. O valor descrito no item “montante” e “montante envolvido” está relacionado aos valores envolvidos no período findo em 31.03.2026 e referem-se aos rateios contabilizados ao longo do período e o valor informado em “saldo existente” representa o saldo em aberto em 31.03.2026					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Despesas corporativas rateadas e redistribuídas dentro do grupo econômico, visando ao aproveitamento da estrutura existente.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

COM EXCEÇÃO DAS OPERAÇÕES QUE SE ENQUADREM NAS HIPÓTESES DO ART. 3º, II, "A", "B" E "C", DO ANEXO F, INFORMAR, EM RELAÇÃO ÀS TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS QUE, SEGUNDO AS NORMAS CONTÁBEIS, DEVAM SER DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS OU CONSOLIDADAS DO EMISSOR E QUE TENHAM SIDO CELEBRADAS NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL OU ESTEJAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

A Companhia informa que todas as transações reportadas no item 11.2 foram realizadas entre a própria Companhia e seu acionista controlador, Banco BTG Pactual S.A. ("Banco BTG"), entre a Companhia e sociedades por ela controladas, ou entre a Companhia e sociedades sob controle comum. Considerando que a Companhia é controlada pelo Banco BTG, todas as transações celebradas após a aquisição seguem as alçadas de aprovação e os procedimentos previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco BTG, aplicável às sociedades integrantes do Grupo BTG.

A administração da Companhia é responsável por avaliar previamente as operações com partes relacionadas, assegurando que estejam alinhadas aos interesses da Companhia e que não gerem conflitos de interesses. Caso tais conflitos existam, são identificados e devidamente mitigados, eliminados ou gerenciados por meio de avaliação de risco, transparência e controles internos.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco BTG, caso o responsável pela aprovação de determinada transação esteja em situação de conflito de interesses, deve declarar sua suspeição, detalhar o conflito e abster-se de participar da deliberação. Se a transação for aprovada, o conflito deve ser registrado no processo de aprovação e reportado no relatório trimestral encaminhado ao Comitê de Auditoria do Banco BTG.

As transações reportadas no item 11.2 envolvem exclusivamente operações entre a Companhia e seus controladores, sociedades controladas ou sob controle comum. Todas foram realizadas com base em políticas internas robustas, aprovadas por instâncias independentes e em condições de mercado, não havendo necessidade de adoção de medidas adicionais para mitigação de conflitos de interesses.

Essas transações podem ser classificadas, essencialmente, nas seguintes categorias:

- **Transações financeiras e de investimentos:** incluem aplicações financeiras e contratos de derivativos celebrados com o Banco BTG ou sociedades por ele controladas, com o objetivo de proteger as disponibilidades de caixa da Companhia contra variações inflacionárias e cambiais. Os termos, valores e prazos dessas operações seguem condições de mercado. No caso de CRA's e CDCA, os títulos são emitidos por securitizadoras e lastreados em debêntures e recebíveis da Companhia, sendo admitidos à negociação no mercado.

- **Transações decorrentes da exportação de commodities:** realizadas com sociedades do Grupo Econômico sediadas no exterior, seguem os preços praticados no mercado internacional e observam as regras de preços de transferência aplicáveis entre Brasil e Suíça. Os termos são definidos com base em futuros públicos disponíveis em bolsa na data da negociação.

- **Contrato de compartilhamento de despesas administrativas:** celebrado com o Banco BTG e suas controladas, não apresenta conflito de interesses, considerando a sinergia gerada pelo aproveitamento da estrutura administrativa do Grupo BTG Pactual.

Todas as transações foram avaliadas como comutativas, com condições equivalentes às que seriam praticadas com partes não relacionadas, conforme demonstrado no item "o" abaixo.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia destaca que todas as transações com partes relacionadas são conduzidas em conformidade com as práticas de mercado vigentes à época de sua celebração, buscando assegurar que tais operações não resultem em benefícios indevidos ou prejuízos à Companhia.

Todas as transações são formalizadas por meio de contratos escritos, nos quais são detalhados os principais termos e condições, como valores, prazos, taxas, direitos e responsabilidades. Esses parâmetros são definidos com base em condições usuais de mercado, disponíveis em consulta pública ou, conforme o caso, com base em transações realizadas com partes não relacionadas em circunstâncias similares.

Para facilitar a compreensão das observações relativas às diferentes naturezas das transações reportadas no item 11.2, apresentamos abaixo, em subitens, as considerações pertinentes a cada tipo de operação:

Operações de Venda de Commodities "Intercompany"

Parte das transações com partes relacionadas consiste em operações de venda de commodities entre a Companhia e a BTG Pactual Commodities (CH) S.A., sociedade sob controle comum, sediada na Suíça. Tais operações seguem rigorosamente os termos e condições praticados no mercado internacional de commodities, com base nas cotações públicas das bolsas de futuros indicadas abaixo.

Além disso, são observadas integralmente as regras de preços de transferência aplicáveis entre Brasil e Suíça, conforme a legislação vigente, com base nos preços das commodities disponíveis em bolsas de futuros na data da negociação. Como referência, os principais procedimentos adotados para a precificação dessas operações incluem:

(a) Consulta, na data da celebração do contrato, dos preços da commodity objeto da operação em bolsas de futuros como CBOT - Chicago Board of Trade e ICE - Intercontinental Exchange, considerando: (i) o preço do dia anterior à celebração; e (ii) a data prevista para entrega da commodity;

(b) Atribuição de prêmio, conforme aplicável, com base em intervalos indicados por relatórios de corretoras especializadas em commodities;

(c) Estimativa e dedução de custos operacionais, como elevação portuária, conforme as condições pactuadas.

Dessa forma, a Companhia demonstra que os preços das operações de venda de commodities são determinados com base em cotações públicas de bolsas de futuros (CBOT e ICE), acrescidos de prêmios conforme relatórios de corretoras especializadas, e deduzidos dos custos operacionais aplicáveis, garantindo a comutatividade das condições pactuadas.

Operações Financeiras e de Investimentos

Conforme destacado no subitem "n" acima, parte das transações reportadas consiste em operações financeiras e de investimentos, como aplicações em operações compromissadas, notas promissórias e contratos de derivativos, celebradas com o acionista controlador ou sociedades sob controle comum, considerando que a Companhia é subsidiária do Banco BTG.

Essas operações seguem taxas e condições compatíveis com aquelas praticadas pelo Banco BTG em transações com terceiros, estando alinhadas às práticas de mercado. Em sua essência, tais transações integram a gestão de caixa da Companhia, visando à manutenção de rendimentos atrelados à taxa básica de juros e à proteção contra variações cambiais e inflacionárias.

No caso das aplicações em operações compromissadas emitidas pelo Banco BTG, os investimentos contratados pela Companhia preveem liquidez imediata e remuneração equivalente a 100% do CDI. A definição dessas taxas considera as condições ofertadas pelo Banco BTG a clientes não relacionados que realizam investimentos similares. Como referência, em 30 de junho de 2025:

- 1% dos clientes aplicaram em títulos com remuneração inferior a 95% do CDI;
- Cerca de 99% (ou 3.671 clientes), incluindo a Companhia, aplicaram em títulos com remuneração entre 95% e 105% do CDI;
- Nenhum cliente realizou aplicações com remuneração superior a 105% do CDI.

Essa análise reforça que os termos das notas promissórias emitidas pelo BTG Pactual Holdco (UK) Limited (CDI + 0,55%, equivalente a 104,24% do CDI na data-base) estão igualmente alinhados às condições de mercado.

Quanto aos instrumentos de proteção cambial, a Companhia celebra contratos de derivativos com o objetivo de mitigar sua exposição a variações nos preços de commodities, custos logísticos e taxas de câmbio, protegendo suas operações contra oscilações de mercado.

No caso dos CRA e CDCA reportados, os títulos são emitidos por securitizadoras e lastreados em debêntures e recebíveis da Companhia, sendo admitidos à negociação no mercado secundário. O Banco BTG subscreveu parte desses títulos, observando as regras aplicáveis à oferta. As taxas pactuadas (entre 101% e 104% do CDI, ou taxas prefixadas/indexadas a índices públicos, conforme indicado na letra "m" deste item) são compatíveis com as praticadas em emissões similares do mercado de títulos do agronegócio.

Por fim, quanto à conta corrente mantida no Banco BTG, a Companhia esclarece que essa conta foi aberta antes da aquisição do controle pelo Banco BTG, sendo utilizada para transações bancárias rotineiras. A contratação seguiu condições usuais de mercado, compatíveis com aquelas praticadas por outras instituições financeiras.

Contrato de compartilhamento de despesas administrativas

Adicionalmente, no que se refere à transação mencionada no item 11.2, relativa ao compartilhamento de despesas administrativas com a controladora Sertrading S.A., a Companhia esclarece que tal contratação se justifica pela sinergia decorrente do aproveitamento da estrutura administrativa compartilhada no âmbito do Grupo Econômico, mediante rateio proporcional dos custos efetivamente incorridos, sem margem ou remuneração adicional.

11.3. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há informações relevantes a serem comentadas.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2025	N/A	1.117.659.462,22
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
11.046.094.622	0	11.046.094.622

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2025	N/A	1.117.659.462,22
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
11.046.094.622	0	11.046.094.622

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/04/2025	N/A	1.117.659.462,22
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
11.046.094.622	0	11.046.094.622

12.2. EMISSORES ESTRANGEIROS DIREITOS E REGRAS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária em 4 séries–1ª série
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2035
Quantidade Unidade	346.205
Valor nominal global R$	346.205.000,00
Saldo Devedor em Aberto	346.205.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Primeira Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, conforme artigo 1º, §1º, II, da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior que venha a ser permitido por norma aplicável. O resgate parcial é vedado. O valor a ser pago será o maior entre: (i) o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a última data de pagamento (inclusive) até a data do resgate (exclusive), e dos Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) o valor presente da soma dos pagamentos futuros de amortização e remuneração, descontado pela Taxa DI para 252 dias úteis, com interpolação da curva Pré x DI divulgada pela B3, correspondente ao vértice mais próximo à duration remanescente, acrescida exponencialmente de spread negativo de 0,60% ao ano, conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver. Amortização Extraordinária: As Debêntures da Primeira Série não estarão sujeitas à amortização extraordinária, total ou parcial, conforme Resolução CMN 4.751. Caso nova norma permita tal amortização, a Companhia poderá realizá-la, sem necessidade de aditamento à Escritura, nova aprovação societária ou Assembleia de Debenturistas, desde que: (i) o prazo médio ponderado entre a Data de Emissão e a data da amortização seja superior a 4 (quatro) anos, ou prazo inferior permitido por norma aplicável; e (ii) o valor pago seja o maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.1.3 da Escritura. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado total das Debêntures da Primeira Série, vedado o resgate parcial, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, conforme legislação aplicável. A oferta será endereçada a todos os Debenturistas da Primeira Série, assegurada igualdade de condições. O valor a ser pago será o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou da última data de pagamento (inclusive) até a data do resgate (exclusive), encargos devidos e não pagos, e, se aplicável, o prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: 12,4841% (doze inteiros e quatro mil oitocentos e quarenta e um décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis Garantias: N/A Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas. Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente. Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária em 4 séries-2ª serie
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2035
Quantidade Unidade	469.928
Valor nominal global R$	469.928.000,00
Saldo Devedor em Aberto	469.928.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Segunda Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Segunda Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, nos termos da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior permitido por lei. É vedado o resgate parcial. O valor devido será o maior entre: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido da Remuneração pro rata temporis e Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de amortização e remuneração, descontado pela taxa do Tesouro IPCA+ com duration mais próxima à remanescente, acrescida de spread negativo de 0,60%, conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver. Amortização Extraordinária: Não aplicável, conforme Resolução CMN 4.751. Caso norma futura permita, a Companhia poderá realizar amortização extraordinária facultativa, sem necessidade de aditamento ou assembleia, desde que: (i) prazo médio ponderado seja superior a 4 (quatro) anos (ou prazo inferior permitido por lei); e (ii) valor devido seja equivalente ao maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.2.3 da Escritura. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Segunda Série, observados os mesmos prazos e condições legais, sendo vedado resgate parcial. A oferta será dirigida a todos os Debenturistas, em igualdade de condições. O valor a ser pago corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo, acrescido (a) da Remuneração pro rata temporis e encargos devidos até a data do resgate; e (b) se aplicável, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: 6,7214% (seis inteiros e sete mil duzentos e quatorze décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis Garantias: N/A Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas. Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente. Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária em 4 séries–3ª série
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2040
Quantidade Unidade	125.072
Valor nominal global R$	125.072.000,00
Saldo Devedor em Aberto	125.072.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Terceira Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Terceira Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, nos termos da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior permitido por lei. É vedado o resgate parcial. O valor devido será o maior entre: (i) Valor Nominal Unitário ou saldo, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou último pagamento, e Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de amortização e remuneração, descontado pela Taxa DI para 252 dias úteis, baseada na curva Pré x DI divulgada pela B3, correspondente ao vértice mais próximo à duration remanescente, acrescida de spread negativo de 0,50%, conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver. Amortização Extraordinária: Não aplicável, conforme Resolução CMN 4.751. Caso norma futura permita, a Companhia poderá realizar amortização extraordinária facultativa, sem necessidade de aditamento ou assembleia, desde que: (i) prazo médio ponderado seja superior a 4 (quatro) anos (ou prazo inferior permitido por lei); e (ii) valor devido seja equivalente ao maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.1.3 da Escritura. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Terceira Série, observados os mesmos prazos e condições legais, sendo vedado resgate parcial. A oferta será dirigida a todos os Debenturistas, em igualdade de condições. O valor a ser pago corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo, acrescido (a) da Remuneração pro rata temporis e encargos devidos até a data do resgate; e (b) se aplicável, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: 12,5794% (doze inteiros e cinco mil setecentos e noventa e quatro décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis Garantias: N/A Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.
Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas. Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente. Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	1ª emissão de deb. Simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária em 4 séries–4ª série
Data de emissão	15/09/2025
Data de vencimento	15/09/2040
Quantidade Unidade	58.795
Valor nominal global R$	58.795.000,00
Saldo Devedor em Aberto	58.795.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures da Quarta Série somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Qualificados; e (ii) entre público investidor em geral após decorridos 6 (seis) meses da data de divulgação do Anúncio de Encerramento, sendo certo que deverão ser observadas as obrigações previstas na Resolução CVM 160 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Quarta Série, desde que observado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos entre a Data de Emissão e a data do resgate, nos termos da Lei 12.431 e Resolução CMN 4.751, ou prazo inferior permitido por lei. É vedado o resgate parcial. O valor devido será o maior entre: (i) Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou último pagamento, e Encargos Moratórios, se houver; ou (ii) valor presente das parcelas remanescentes de amortização e remuneração, descontado pela taxa do Tesouro IPCA+ com duration mais próxima à remanescente, conforme cotação ANBIMA do 2º Dia Útil anterior, acrescida de spread negativo de 0,50%, calculado conforme fórmula da Escritura, somado aos Encargos Moratórios, se houver. Amortização Extraordinária: Não aplicável, conforme Resolução CMN 4.751. Caso norma futura permita, a Companhia poderá realizar amortização extraordinária facultativa, sem necessidade de aditamento ou assembleia, desde que: (i) prazo médio ponderado seja superior a 4 (quatro) anos (ou prazo inferior permitido por lei); e (ii) valor devido seja equivalente ao maior entre os valores indicados nos itens “(i)” e “(ii)” da Cláusula 5.1.2.3 da Escritura. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado: A Companhia poderá, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures da Quarta Série, observados os mesmos prazos e condições legais, sendo vedado resgate parcial. A oferta será dirigida a todos os Debenturistas, em igualdade de condições. O valor a ser pago corresponderá ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo, acrescido (a) da Remuneração pro rata temporis e encargos devidos até a data do resgate; e (b) se aplicável, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Juros: 6,4770% (seis inteiros e quatro mil setecentos e setenta décimos de milésimo por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis Garantias: N/A Principais Hipóteses de Vencimento Antecipado: (a) descumprimento pela Companhia de qualquer obrigação pecuniária decorrente da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (b) (i) liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção da Companhia, exceto se a liquidação, dissolução, cessação das atividades ou extinção ocorrer em decorrência (1) da incorporação e/ou qualquer eventos de sucessão societária da Companhia por alguma suas Controladas e desde que sejam mantidas todas as obrigações da Escritura de Emissão; e (2) de reorganizações societárias realizadas entre a Companhia e sociedades pertencentes ao seu grupo econômico ("Reorganização Societária"); (ii) decretação de falência da Companhia ou de seus Controladores, por decisão final transitada em julgado; (iii) pedido de autofalência formulado pela Companhia ou por seus Controladores; (iv) pedido de falência da Companhia ou de seus Controladores formulado por terceiros, não elidido ou indeferido no prazo legal; ou (v) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia ou seus Controladores, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (c) alteração ou modificação do objeto social disposto no estatuto social da Companhia que inviabilize o Projeto; (d) alteração do Controle direto ou indireto da Companhia sem o prévio consentimento dos investidores reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim, exceto caso o BTG PACTUAL G7 HOLDING S.A., empresa com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio Janeiro, na PR Botafogo 501, Andar 5, Parte Torre do Corcovado, Botafogo – Rio de Janeiro CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.252.858/0001-46 ("BTG G7 Holding") continue sendo controlador direto e/ou indireto da Companhia (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s) e desde que o BTG G7 Holding (diretamente ou por meio de novo veículo de seu(s) acionista(s)) continue sendo o controlador direto ou indireto do Banco BTG Pactual S.A.; (e) distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão; (f) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas ou instrumentos financeiros da Companhia, em valor individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia apurado no balanço patrimonial mais recente divulgado à época da declaração de vencimento antecipado; (g) término, perda, extinção, caducidade, encampação, intervenção, revogação ou declaração de invalidade ou ineficácia do Contrato de Arrendamento da Companhia para explorar atividades relacionadas ao serviço portuário em vigor; e (h) abandono do Projeto ou de qualquer ativo que seja essencial à implementação e/ou operação do Projeto. As demais hipóteses de vencimento antecipado estão relacionadas na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações podem ser feitas por meio de deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, observadas as regras de instalação e deliberação previstas na Escritura de Emissão. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva série, ou pela CVM. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da Circulação da respectiva série e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observado o previsto na Escritura de Emissão. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário. Salvo disposto de outra forma na Escritura de Emissão, as deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, em primeira ou segunda convocação, pelo menos, a maioria das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas ou das Debêntures em Circulação presentes às Assembleias Gerais de Debenturistas da respectiva Série, conforme o caso.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., cuja remuneração anual a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem correspondem a: (i) parcelas anuais no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração da Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.; e (ii) caso aplicável, adicionalmente, serão devidas ao Agente Fiduciário, parcelas de R$ 800,00 por homem-hora dedicado às atividades relacionadas à emissão, a ser paga no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a entrega, pelo Agente Fiduciário, à Companhia do relatório de horas. Quanto ao saldo devedor em aberto na data de encerramento do último exercício social das Debêntures, o valor indicado acima faz referência ao saldo devedor em aberto na data de sua emissão, tendo em vista que foram emitidas no exercício social corrente. Os termos descritos neste item iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possuía outros valores mobiliários emitidos no Brasil.

12.5. INDICAR OS MERCADOS BRASILEIROS NOS QUAIS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR SÃO ADMITIDOS À NEGOCIAÇÃO

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui os seguintes valores mobiliários admitidos à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão: 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 4 Séries, da Companhia, sob os códigos: (i) BTGL11, para as Debêntures da Primeira Série; (ii) BTGL21, para as Debêntures da Segunda Série; (iii) BTGL31, para as Debêntures da Terceira Série; e (iv) BTGL41, para as Debêntures da Quarta Série.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.8. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DE OFERTAS PÚBLICAS

De acordo com a Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, este campo é de preenchimento facultativo para companhias registradas na categoria B.

12.9. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a seção 12 deste Formulário de Referência.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Manuel de Almeida Marins Gorito	Diretor Presidente
Julia Mendonça Rocha	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1. DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO

O Sr. **MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 13.134.615-7, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.345.907-54, com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 14º andar, na qualidade de Diretor Presidente da **BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.**, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.626.426/0001-06, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, n° 1495, Sala 804, Torre A, Bairro Santa Lucia, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP 29.056-245 ("Companhia"), declara, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

a. Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos seus artigos 15 a 20;

c. O conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO:09834690754

Assinado de forma digital por MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO:09834690754
Dados: 2026.05.29 12:30:05 -03'00'

MANUEL DE ALMEIDA MARINS GORITO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1. DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO

A Sra. **JULIA MENDONÇA ROCHA**, brasileira, casada, administradora, portadora da carteira de identidade nº 20.267.374-5, expedida pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 059.849.307-73, com escritório na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3477, 14º andar, na qualidade de Diretora de Relações com Investidores da **BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.**, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.626.426/0001-06, com sede na Avenida Nossa Senhora da Penha, n° 1495, Sala 804, Torre A, Bairro Santa Lucia, Município de Vitória, Estado do Espírito Santo, CEP 29.056-245 ("Companhia"), declara, para fins do item 13.1 do Formulário de Referência da Companhia, que:

a. Reviu o Formulário de Referência da Companhia;

b. Todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos seus artigos 15 a 20;

c. O conjunto de informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JULIA MENDONCA ROCHA:05984930773

Assinado de forma digital por JULIA MENDONCA ROCHA:05984930773
Dados: 2026.05.29 12:29:29 -03'00'

JULIA MENDONÇA ROCHA
Diretora de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual - Documento não preenchido.